

INTRODUÇÃO

A pesquisa deste trabalho tem como tema o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que foi institucionalizada pela Lei 10.639/03. O foco da pesquisa direciona-se para a cidade de Santo Antônio de Lisboa – PI.

Santo Antônio de Lisboa localiza-se no sudeste piauiense, pertence à microrregião de PIO-IX com distância de 352 km até a capital Teresina. Possui uma população de 6008 IBGE/2010 habitantes, numa área de 395,799 km², com densidade de 15,18 hab./km². Veja abaixo o mapa de localização.

Figura 1: Mapa de localização regional



WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Santo Antônio de Lisboa-PI.** Disponível em: <<http://www.pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 28 set. 2012

Nesta referida cidade está o foco de nosso estudo, pois de acordo com a análise das determinações da lei 10.639, esta pesquisa tem como objetivo analisar a implementação da lei e de suas diretrizes nas escolas Unidade Escolar Maria de Carvalho e Núcleo Municipal de Educação Vereador Francisco das Chagas Rodrigues.

O intuito de examinar a implementação da lei, as diretrizes curriculares e da estrutura do livro didático adotados nas escolas deve-se ao fato de quisermos conhecer, na prática, as formas metodológicas e a construção do conhecimento em torno da história e cultura afro-brasileira e africana e sua aplicabilidade na realidade escolar.

O despertar para o aprofundamento da pesquisa veio após algumas reuniões com meu orientador, professor Gleison Monteiro, que me direcionou a pensar algumas problemáticas relacionadas ao tema e a busca do referencial teórico para fundamentar o estudo. A orientação do professor me iluminou no direcionamento da pesquisa, pois ampliou minha noção de fonte e das condições empíricas frente à busca dos materiais e das análises.

O referencial teórico direcionou-se para a leitura dos seguintes autores: Renilson Ribeiro, Muryatan Santana, Renísia Garcia, Eliane Carvalho, dentre outros. De forma geral, estes autores me ajudaram a pensar e a ampliar as dimensões da história e cultura afro-brasileira e africana, dando ênfase nas questões trabalhadas em sala de aula, das metodologias, da construção de identidades, das diretrizes curriculares e outros.

Para esta pesquisa foi aplicada questionários para professores e alunos das escolas Unidade Escolar Maria de Carvalho e Núcleo Municipal de Educação Vereador Francisco das Chagas Rodrigues. Ambos dissertaram sobre a aplicabilidade da lei, das diretrizes, dos conceitos referentes à história e história e cultura afro-brasileira e africana.

O seguinte trabalho estrutura-se em dois capítulos, sendo que cada um divide-se em dois tópicos. Inicialmente no primeiro capítulo, temos um tópico correspondente a Lei 10.639/03 no contexto escolar, que procura interpretar esta e suas diretrizes curriculares abordando os enfoques dados a Lei e as questões relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O segundo tópico refere-se à formação dos professores e os instrumentos didáticos no contexto escolar, também de acordo com a Lei 10.639/03. Procurando enveredar-se por ações práticas, ou seja, partindo para as abordagens de professores e alunos. Na intenção de ampliar esse debate foram aplicados questionários dirigidos a professores e alunos das Unidades Escolares Maria de Carvalho e Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, ambas situadas na cidade Santo Antônio de Lisboa-Piauí.

O capítulo seguinte corresponde à análise do livro didático, este subdividi-se em primeiro momento a um tópico abordando a temática escravidão e alguns aspectos textuais no livro didático que fala sobre a organização dos textos e o conteúdo abordado; e da importância desse mecanismo na formação de conhecimento do aluno, influente na construção de ideologia. O outro tópico trata-se da mesma temática, porém a respeito das imagens, procurando analisar as representações dos negros e do Continente Africano nas imagens iconográficas, dadas que estas ajudam também a montarem uma ordem ideológica a partir da visualidade.

CAPÍTULO I

A LEI 10.639 NO CONTEXTO ESCOLAR

1.1. Procurando interpretar a Lei 10.639 e suas diretrizes curriculares:

Neste capítulo será realizada uma discussão a respeito da aplicabilidade da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas oficiais e particulares, nas modalidades do Ensino Fundamental e Médio.

Procuramos analisar, primeiramente, os enfoques dados a Lei e as questões relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. No segundo momento, faremos estas discussões articuladas com as práticas pedagógicas unidades escolares Maria de Carvalho e Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, na cidade de Santo Antônio de Lisboa-Piauí.

Em se tratando da Lei 10.639, ela altera a LDB 9.394/1996 e “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências”.

A lei referenda a luta de um grupo de profissionais (historiadores, antropólogos, geógrafos, dentre outros) e dos movimentos sociais, especificamente, a do Movimento Negro. Entre os seus artigos, podemos destacar:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.(Ministério da Educação, 2004, p.35)

A referida Lei que torna obrigatória o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiro nas instituições de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, centra suas discussões nos conteúdos programados de história da África e dos africanos, a contribuição de sua cultura da sociedade brasileira, tanto no âmbito social, quanto econômico e político referentes à História do Brasil. Sendo que estes conteúdos serão abordados em todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas de Educação Artística, de Literatura e de História.

Após a publicação da Lei não nota-se “nas redes estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares” a aplicabilidade dos conteúdos referentes à “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. E quando notamos as temáticas sendo abordadas pelos professores são de formas isoladas.

Este fato não é generalizante, pois existem trabalhos de professores nas diversas escolas do país, mas não há um direcionamento local e curricular proposto pelas próprias Secretarias Municipais de Educação. Exceto, a referência as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. O documento ainda é pouco conhecido pelos professores e dentro de sua proposta, conforme veremos a frente, adotam temas generalizantes, são sugestões importantes, mas não leva o professor vislumbrar um foco problematizador para ser abordado nas salas de aulas, seja como eixo interdisciplinar ou na própria disciplina de História.

Com a publicação das Diretrizes houve uma mobilização, por parte do Ministério da Educação, de possibilitar o acesso do referido material para os professores.

Assim sendo, no documento introdutório das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e do Departamento de Educação para Diversidade e Cidadania (DEDC) enfatizam que:

O governo federal, por meio da Seppir [Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira. O principal instrumento, para isso, é o encaminhamento de diretrizes que

nortearão a implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública federal. Além disso, busca a articulação necessária com os estados, os municípios, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) e a iniciativa privada para efetivar os pressupostos constitucionais e os tratados internacionais assinados pelo Estado brasileiro. Para exemplificar esta intenção, cabe ressaltar a parceria da Seppir com o MEC por meio das suas secretarias e órgãos que estão imbuídos do mesmo espírito, ou seja, construir as condições reais para as mudanças necessárias. (Ministério da Educação, 2004, pg.8)

Procurando desenvolver “as ações afirmativas” e promover a “Promoção da Igualdade Racial”, as Diretrizes procura propor estratégias de cunho educacional, tendo em vista as diversidades étnico-raciais com intuito de planejar o currículo escolar, melhorar o rendimento ensino-aprendizagem e promover a conscientização de igualdade de todos, contemplando a implementação da Lei nº 10.639/03.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, percebe-se que no Brasil ao longo da sua história houve um desenvolvimento excludente no que diz respeito ao acesso a escola. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, por exemplo, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram arquitetadas no intuito de impedir o acesso dessa população as escolas. Só então após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático com a cidadania e a dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afro-descendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro reconhece essa “dívida” com a comunidade afro-brasileira notamos também que esta ação não apagará os preconceitos que se constituíram durante séculos. A própria Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no momento da publicação das Diretrizes Curriculares, conseguiu mobilizar a imprensa, ONG’s e outras instituições para divulgar suas propostas, mas o alvo principal não foi atingido: a inserção dos debates nos currículos escolares.

Logo após os anos subseqüentes da publicação da Lei não houve por parte da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, uma espécie de fiscalização, acompanhamento e/ou assessoramento junto às instituições de ensino para fazer valer as bases que fundam as Diretrizes Curriculares de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

De acordo com os dados mostrados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, pessoas negras têm menor número de anos de estudo (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); adolescentes na faixa de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que as pessoas brancas; aproximadamente 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos estão no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras dessa mesma faixa etária se encontram nessa situação.

Os Parâmetros Curriculares da LDB alterada de acordo com a Lei 10.639 propõe falar de ações afirmativas, isto é, políticas de reparação e de reconhecimento que imponham decisões “inovadoras”, como a elaboração de projetos que influenciem ou ajudem na inclusão e no desenvolvimento do ensino-aprendizagem da história da África e dos africanos, de materiais bibliográficos, além dos livros didáticos, da inclusão de disciplinas sobre o tema na formação acadêmica dos professores e de mini-cursos para melhor capacitação destes. A questão que vemos hoje, após a publicação da Lei é que não avançarmos muito nos quesitos apontados como prioritários e necessários para a aplicabilidade da Lei.

De acordo com a LDB, o Estado pode intervir como propulsor de transformações e formulações de projetos, e a escola encarregar-se no encaminhamento de diretrizes. As políticas de reparação para a educação negra devem oferecer suporte para que estes possam demonstrar segurança no desenvolvimento das atividades propostas e confiança na construção de sua própria opinião, sem medo de demonstrar seus costumes. Além de despertar o gosto pela permanência e participação na escola, e a busca de novos conhecimentos. Pois, reconhecimento implica nos iguais direitos positivos – à vida, à saúde, à educação. Concebendo os mesmos direitos no que se refere à maneira de pensar, falar e agir.

Assim, desconstruir o mito de “democracia racial” que de acordo com Florestan Fernandes (1972), é uma expressão criada na primeira metade do século XX que coloca os negros como inferiores, incapazes de atingir os mesmos patamares que os não negros. “Mito” que se encarregou de disseminar a ideologia de uma sociedade igualitária em que as raças se irmanam.

As Diretrizes Afro-Brasileira colocam que devem realizar-se não só políticas de reparação, mas também as de reconhecimento, as quais requerem a aquisição de estratégias que valorizem as diversidades e exponham os motivos de desigualdades de uma raça sobre outra. Segundo as mesmas Diretrizes, o que se entende por raça na construção social, muitas vezes são relações entre brancos e negros forjadas como

harmoniosas, não tendo haver com o conceito intitulado no século XVIII e atualmente superado. Cabe esclarecer que esse termo é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar características físicas, e, além disso, influenciam e interferem o destino e lugar social dos sujeitos na sociedade. Contudo, o termo foi ressignificado pelo movimento negro com um sentido político e de valorização deixado pelos africanos.

Reconhecer significa valorizar e divulgar a participação e igualdade de todos, respeitando um ao outro sem uso de nenhum tipo de estereótipos, piada ou brincadeira depreciativa. Significa proporcionar momentos prazerosos para a apresentação da cultura repassada pelos seus antepassados. Enquanto as instituições de ensino requerem uma estrutura informada e atualizada que demonstre domínio no que se refere aos conteúdos, e uma firme postura que implique a qualquer tipo de preconceito. Pois, ao longo da história do Brasil percebe-se o quanto é difícil demonstrar suas idéias, intenções e suas atitudes.

Os materiais didáticos devem tratar da temática sem nenhum posicionamento de superioridade, que segundo Eliane dos Santos Cavalleiro (2005, pg.13):

O conflito e a discriminação raciais na escola não se restringem às relações interpessoais. Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais, entre outros – utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas com e como referência positiva, também são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar. Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano.¹

O Estado e a escola podem intervir nas transformações e formulações de projetos, mas não depende só destes para haver a conscientização da participação dos diversos povos na formação da sociedade brasileira – africanos, asiáticos, indígenas, europeus – depende também dos estudantes e seus familiares. É preciso que todos se vejam como contribuintes na formação e no desenvolvimento do país, que sejam

¹ CAVALHEIRO, Eliane apud Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.236 p. (Coleção Educação para todos) pg. 13.

capazes de promover a divulgação e produção de conhecimentos. Pois, o importante é que todos se reconheçam na cultura nacional e fique a vontade para expressar seus costumes e suas opiniões próprias de mundo.

Ainda é destacado nas Diretrizes, determinações referentes a formação e capacitação dos professores e de outros profissionais da educação a introdução de análises das relações sociais e raciais no Brasil, de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, preconceito, diversidade, diferença, multiculturalismo.

No entanto, o que notamos é que essa formação ainda está para acontecer. E a discussão da questão racial como parte integrante dos parâmetros curriculares, também de docentes no Ensino Superior encontram-se nos mesmos parâmetros. Pois, “de nada adianta dispor de livro didático e currículo apropriados se o professor for preconceituoso, racista, e não souber lidar adequadamente com a questão”. (VALENTE, 2005, p.63).

Segundo Guimarães (1999, p.43),

O desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual dessas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública (como a polícia e os sistemas judiciário e correcional); através de instituições educacionais e de saúde pública. Só assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira.

Para reeducar as pessoas sobre as relações étnico-social é necessário fazer com que todos entendam que para ocorrer o progresso de apenas uma minoria é preciso haver o desprestígio/marginalização do restante da população. Como, por exemplo, nos primeiros anos de colonização do nosso país, havia uma forte concentração do trabalho braçal exercida por a maior parte da população para o sustento de uma classe dominante. E ainda assim, não eram reconhecidos como componentes no desenvolvimento do país. Na história do Brasil os costumes trazidos pelos africanos, como as danças, as músicas e a religião, nunca foram apresentadas como contribuintes, apenas como costumes trazidos por estrangeiros, ao contrário dos europeus que eram considerados como comportamentos padrão que deveriam ser seguidos.

Ocorre que a grande maioria trabalha e torna possível o desenvolvimento do país, mas o reconhecimento e a valorização se dão apenas a uma minoria, que através

de articulações tornam-se componentes de uma classe dominante que impõe seus costumes. Por isso, é preciso entender que diante dessas consistências é responsabilidade de todos reconhecerem a participação dos que contribuíram combater o racismo, e estabelecer relações saudáveis, em que todos tenham as mesmas oportunidades de crescimento e reconhecimento.

Sobre a ampliação deste debate, vejamos o depoimento de um militante e intelectual negro, Abdias do Nascimento (2005, p.95):

O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia predito a frase de Sívio Romero⁴, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos.(...) Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra.²

Segundo Nascimento, mesmo reconhecendo a necessidade da escola, ela não foi e nem é a panacéia para os negros brasileiros. Para o autor, ao longo dos anos, a escola mostrou e ainda mostra uma educação de embranquecimento cultural num sentido amplo. A educação não era só eurocêntrica e de ostentação dos Estados Unidos, também desqualificava o continente africano e diminuía racialmente os negros, quer brasileiro, quer africano ou estadunidense.

Portanto, precisamos ampliar esse debate para analisar as ações dos professores no contexto escolar e para isso procuraremos apontá-los no próximo subitem.

1.2. A Lei 10.639, a formação dos professores e os instrumentos didáticos no contexto escolar:

² Abdias Nascimento apud CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.95 (Coleção Educação para todos)

Figura 2: Tabela 1- Presença de ações de capacitação de professores

Presença de ações da capacitação de professores na temática étnico-racial na Rede Municipal de Ensino e correspondente grau estimado de priorização, Unidades da Federação, Regiões Geográficas e Brasil, 2009.				
	Na rede municipal do ensino municipal existe capacitação de professores na temática raça/etnia		O desenvolvimento de projetos voltados para a promoção de uma educação que contribua para a redução da discriminação racial, por gênero e por orientação sexual e citado entre cinco principais medidas ou ações adotadas pelo gestor?	
	Número de Municípios	% sobre o total de Municípios	Número de Municípios	% sobre o total de Municípios
Brasil	1953	35,1	245	4,4
Norte	127	28,3	13	2,9
Rondônia	13	25,0	3	5,8
Acre	13	59,1	0	0,0
Amazonas	22	35,5	3	4,8
Roraima	1	6,7	0	0,0
Pará	46	32,2	3	2,1
Amapá	2	12,5	1	6,3
Tocantins	30	21,6	3	2,2
Nordeste	682	38,0	60	3,3
Maranhão	85	39,2	5	2,3
Piauí	42	18,8	4	1,8
Ceará	118	64,1	9	4,9
Rio Grande do Norte	45	26,9	4	2,4
Paraíba	56	25,1	9	4,0
Pernambuco	123	66,5	5	2,7
Alagoas	43	42,2	5	4,9
Sergipe	14	18,7	1	1,3
Bahia	156	37,4	18	4,3
Sudeste	321	31,4	53	5,2
Minas Gerais	218	25,6	39	4,6
Espírito Santo	48	61,5	7	9,0
Rio de Janeiro	55	59,8	7	7,6
São Paulo	202	31,3	34	5,3
Sul	468	39,4	57	4,8
Paraná	170	42,6	9	2,3
Santa Catarina	118	40,3	18	6,1
Rio Grande do Sul	180	36,3	28	6,0
Centro-Oeste	153	32,8	28	6,0
Mato Grosso do Sul	41	52,6	4	5,1
Mato Grosso	55	39,0	5	3,5
Goiás	56	22,8	19	,7
Distrito Federal	1	100,0	0	0,0

Fonte: ESCZ microdados da pesquisa de informações básicas Municipais, 2009.
Titulações: LAIZER – Fichário das desigualdades raciais.

PAIXÃO, Marcelo & CÂMARA, Guilherme. Adoção da Lei 10.639 e 11.645 no interior das redes municipais de ensino. In.: **Tempo em curso**. Ano II; Vol. 2; nº 11, Novembro, 2010. p. 03

Procurando entender a aplicabilidade da Lei 10.639 no âmbito escolar e buscando enveredar por ações práticas, partimos agora das abordagens de professores e alunos. Portanto, na intenção de ampliar esse debate foram aplicados questionários dirigidos a professores e alunos das Unidades Escolares Maria de Carvalho e Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, ambas situadas na cidade Santo Antônio de Lisboa-Piauí.

Os questionários foram distribuídos aleatoriamente para os alunos e para todos os professores de história das referidas unidades escolares. Os questionários ficaram com os referidos sujeitos da pesquisa por um período de uma semana. O eixo central dos questionários procurou frisar as questões referentes à aplicabilidade da Lei 10.639, as abordagens pedagógicas no contexto escolar e as interpretações dos alunos frente à temática.

Foram apresentadas aos professores questões que abordam: qual sua posição em relação à implantação da lei? O que acham sobre a abordagem da história da África em capítulos específicos de livros didáticos? Já realizaram alguma formação em história e cultura africana? Na universidade ou organizado pela Secretaria de Educação do Município? E aos alunos: como ocupam o seu dia após o tempo escolar? Quais são seus horários de estudo? Conhecem e o que acham sobre a implantação da lei 10.639? O que consideram como ações preconceituosas?

A amostragem dos questionários contabilizam 4 professores de história e 110 alunos de ensino fundamental e médio, abordadas durante o período selecionado. Sendo que 10 discentes foram excluídos do estudo por não mostrarem interesse em contribuir com a pesquisa. Assim a amostra final foi constituída por 4 docentes e 100 discentes, todos trabalham e estudam em escolas públicas. Dos três dos professores em que foi aplicado o questionário são formados em história e apenas o quarto não tem formação em história, mas leciona a disciplina. Os referidos docentes têm pouco tempo na pratica docente e não demonstraram a inexistência de nenhuma capacitação na área de História e Cultura Afro-brasileira.

Quanto ao posicionamento destes frente à história geral e o ensino, 75% mostram-se satisfeitos em lecionar a disciplina de história, lembrando que este resultado corresponde ao número dos formados em história. De acordo com o questionário aplicado a professora Edna Almeida Lima, história é: “Um estudo que

exige compreensão de processos que implicam continuidade e ruptura, entre passado e o presente que o inquire”.³ E a professora Maria de Jesus Batista, “a história é uma disciplina que estuda os vestígios do homem ao longo do tempo”.⁴ Para o professor Cleovaldo Rodrigues, a história é

Uma ciência que estuda o passado da humanidade relacionando com o presente, ou seja, interpretando esses acontecimentos que contribuem para o aperfeiçoamento das condições em que o homem vive atualmente.⁵

Notamos, em linhas gerais, que os professores dão ênfase a história como uma ciência crítica, analítica e conseguem expor que a história está ligada a tempos históricos que não são distintos, ou seja, fogem daquela conceituação linear e etapista da história. Porém, por vezes é possível notarmos resquícios da história positivista que resguardam estratégias as “interpretações dos acontecimentos”, e que não dão ênfase construtiva aos “processos históricos”.

Se os discursos dos professores se encontram na forma que expõem vemos uma divergência nas suas formações. A professora Lima graduou-se em História na Universidade Estadual do Piauí, no ano de 2006 e tem Especialização em Metodologia do Ensino Superior pelo INTA. Já o professor Silva, graduou-se em História também pela Universidade Estadual do Piauí e tem Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela INTA. Por último, a professora Batista, graduada em História pela Universidade Regional do Cariri-Ceará, com Especialização na mesma instituição na área de Geografia e Meio Ambiente.

O que vemos são formações na licenciatura em história distintas, seja pela forma que os sujeitos expõem os conceitos de história, seja pela estruturação pedagógica de suas formações, mas quando analisamos as pós-graduações percebemos que os professores demonstram necessidade de ampliação do

³ Questionário aplicado a Edna Almeida Lima, no dia 30/11/2011. Atualmente é professora das Unidades Escolares Maria de Carvalho e Manoel Batista de Carvalho, em Santo Antonio de Lisboa-Piauí.

⁴ Questionário aplicado a Maria de Jesus Batista, no dia 30/11/2011. Atualmente é professora do Núcleo Municipal de Educação, Miguel Borges de Moura e Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, em Santo Antonio de Lisboa-Piauí.

⁵ Questionário aplicado a Cleovaldo Rodrigues Silva, no dia 30/11/2011. Atualmente é professor das Unidades Escolares Maria de Carvalho, Miguel Borges de Moura e Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, em Santo Antonio de Lisboa-Piauí.

conhecimento historiográfico. Podemos perceber que as especializações não priorizaram as discussões na área da história. O que os unem nas suas formas de pensar a história como uma ciência em movimento a partir da criticidade são as disciplinas da área de Teoria e Metodologia da História, pois as três formações propõem debates que problematizam as formas de como os historiadores concebem a noção de sujeito nas diversas correntes historiográficas.⁶

Esta discussão é para tentarmos compreender a importância da formação para o trabalho do professor de história e sobre o pensamento desse professor como sujeito condutor de seu fazer, pois segundo Monteiro (2007, pg.129):

A história ensinada é instrumento para agir no mundo, para ampliar o potencial cognitivo sobre o processo histórico de forma a poder nele atuar e transformá-lo. Daí tanta preocupação com o estabelecimento de relações, com a contextualização, com a visão de processo, com a compreensão de conceitos.

Percebe-se a partir desta citação a importância que há na história como norteadora, como formadora de conceitos e posições diante da sociedade em que vivemos, pois a mesma não trata apenas do passado, mas da realidade presente, onde é claro devemos nos reportar ao passado para compreendermos e interagirmos no presente. Portanto, é a universidade que nos direciona para essa “nova” visão de história e nos inserem também como sujeitos operantes das tramas historiográficas construídas a partir dos acontecimentos/processos históricos.

Sabemos que é através da análise dos acontecimentos/processos históricos que podemos tirar contribuições para a vida do homem atual. Sendo de grande importância o papel do professor/historiador na sala de aula realizar e propor investigações sobre o passado e suas relações com o presente. Essa ação em busca de dados pode dar outros olhares para a história e cultura afro-brasileira, pois condiciona-nos levar alunos e professores a fazer comparações com diversas linguagens (mídia, documentários, fotografias, jornais, etc.) que se encontram ao nosso redor. Ao trazer estes materiais para sala de aula os professores mobilizam a ação dos alunos e tem grandes possibilidades de despertar nos alunos o senso crítico e analítico, incentivando-os ao desenvolvimento da autonomia intelectual e do

⁶ Cf. Para maiores detalhes, consultar as ementas da área de Teoria e Metodologia da História que se encontram arquivadas nas respectivas Instituições de Ensino Superior.

pensamento crítico. Além de induzi-los a fazer um diálogo com o passado com intuito de entendimento da participação de cada indivíduo (africano, europeu, indígena) na construção da sociedade.

Sendo assim, buscar utilizar-se da ciência/história de maneira competente requer um arcabouço teórico que pode e deve ser construído na graduação, pois sem essa base dificilmente os professores os conseguirão avançar para a interpretação de uma história problematizadora. Ou seja, o professor deve estar sempre à procura de novas pesquisas e atualizações, para que possa propor aos alunos o gosto pela investigação do passado e, conseqüentemente, pelas intervenções do presente.

A respeito da pedagogia de projetos todos concordam com a realização, porém somente um deles desenvolveu projeto estabelecendo relações com a Lei 10.639. E outro, por falta de oportunidades e por lecionar em outras disciplinas, fez projetos em outras áreas e nunca na área de história, o que mostra que a realidade escolar ainda tem muito que apreender a real necessidade de lotar os professores nas suas respectivas áreas de formação.

Enquanto a função do livro didático, para a professora Maria de Jesus Batista⁷ é “um material de subsídio para o professor em sala de aula, que não deve ser aceito como única fonte”, ou seja, deve ser intercalado com outros recursos de modo a enriquecer o trabalho do professor e aumentar o interesse do aluno.

Mas como intercalar estas concepções, as do livro didáticos que ainda não contemplam a Lei 10.639, com as questões da história e cultura afro-brasileira e africana? Apesar desta lacuna nos livros didáticos todos os professores se mostraram-se conhecedores da lei 10.639 e consideraram importante a implantação de tal lei. Porém, não devemos esquecer da importância desta lei para as diversas possibilidades de planejamento da aula, no que se refere aos acertos e desacertos de como ensinar a história e cultura brasileira. Como por exemplo, não ensinar História do Brasil de forma eurocêntrica, e sim reconhecer e valorizar a contribuição de cada povo na construção da nação brasileira.

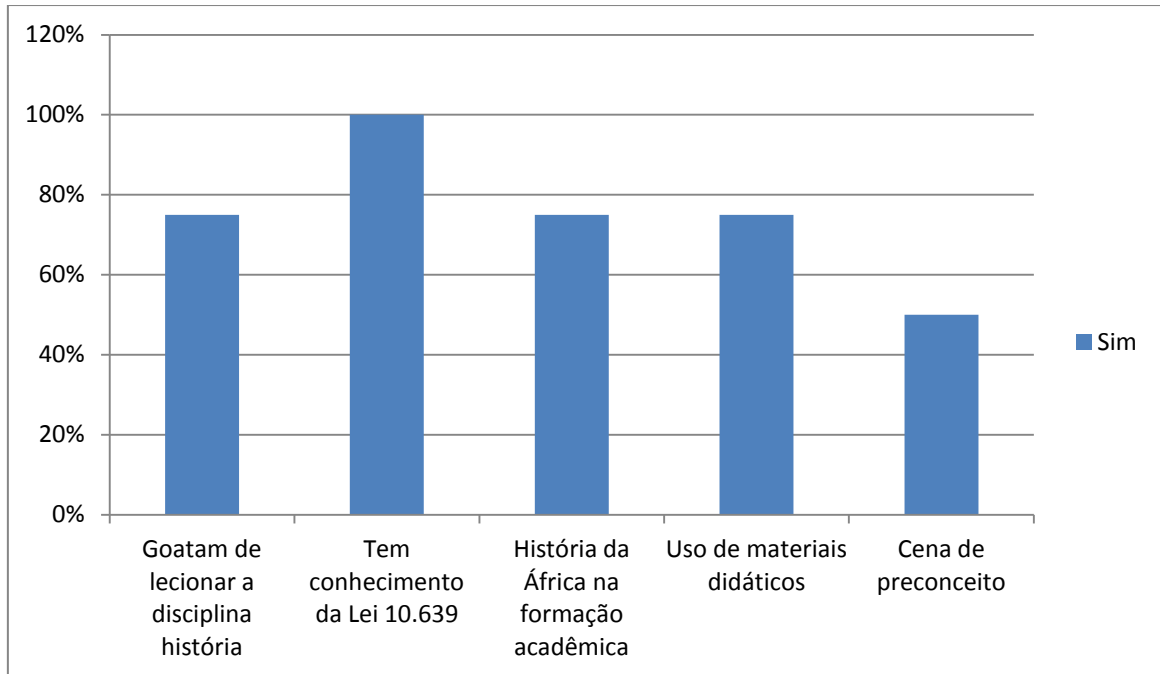
⁷Questionário aplicado a Maria de Jesus Batista, no dia 30/11/2011. Atualmente é professora do Núcleo Municipal de Educação Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, em Santo Antonio de Lisboa-Piauí.

No que se refere à inclusão de disciplinas específicas que abordassem a história dos africanos na formação acadêmica, os três profissionais formados em história disseram haver uma abordagem interdisciplinar, porém de maneira ineficiente, aplicada de forma eurocêntrica. Segundo o obtido pelos questionários aplicado com os alunos, este tema nas escolas é abordado de maneira interdisciplinar, mas esporadicamente, ou seja, através de temas transversais, o que mostra que a execução desta lei ainda não entrou em vigor de fato.

O que se percebe, é que o auxílio de materiais didáticos para a construção de significados a respeito do ensino da história da África é apenas a utilização de filmes, e nem sempre são exibições relacionadas especificamente sobre a África. Percebeu-se também que a história geral muito eurocêntrica, ou seja, o que se vê é a história da África legada à do colonizador europeu, sendo vista a partir do ângulo escravista.

Uma questão que se destacou no momento da coletânea dos questionários diz respeito aos preconceitos e as discriminações sociais e raciais. Porém, apesar de ainda não ser muito debatido na escola é importante indagarmos para sensibilizarmos os gestores, professores e alunos para a importância da aplicabilidade da lei 10.639 e da construção de materiais didáticos direcionados para estes fins. Vejamos o gráfico:

Figura 3: Gráfico 1
Questionários aplicados aos professores.



É perceptível no gráfico que 100% dos professores são conhecedores da Lei 10.639, gostam de lecionar história, já presenciaram cenas de preconceito, mas na prática não vemos nenhuma ação e projeto, seja individual e/ou coletivo, que sirva de referência para equiparar estas lacunas no ensino da educação básica brasileira. Afinal, o que representa a Lei 10.639 para professores e alunos? O que abordam em suas salas de aulas em relação à história e cultura afro-brasileira e africana?

Creio que as escolas e professores poderiam estar abordando esta temática com os alunos a partir da experiência de vida dos próprios alunos. Hoje temos muitos materiais para a abordagem afro-brasileira, sejam didáticos e/ou audiovisual.⁸ Muitos destes instrumentos pedagógicos podem ser baixados com facilidades via internet.

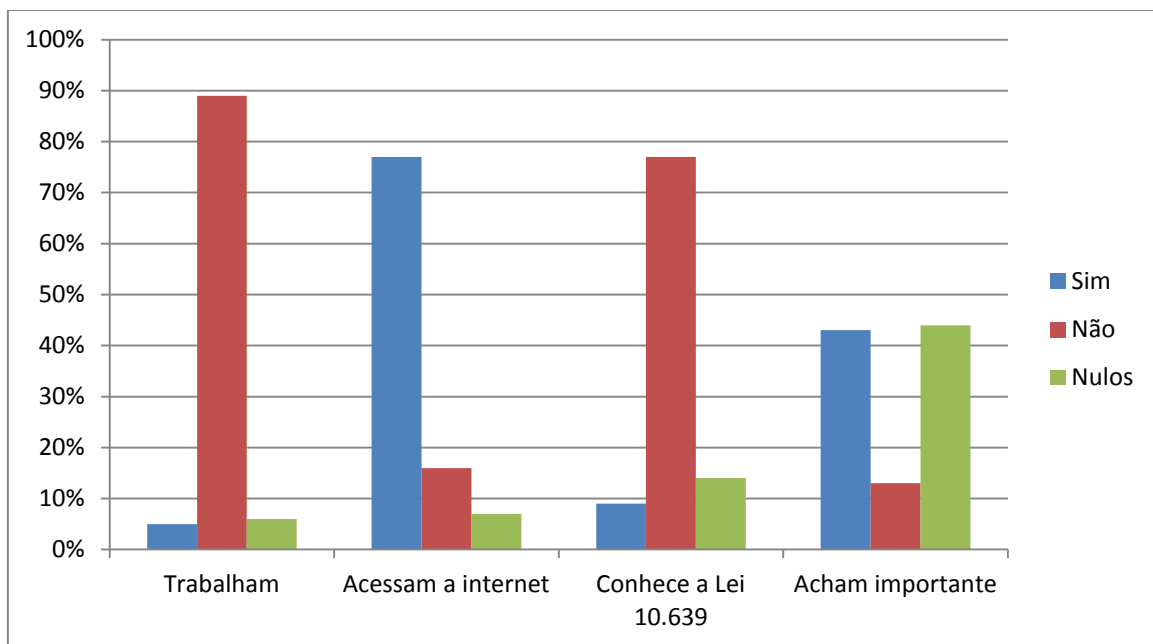
Essa articulação pode ser entendida ao percebemos, a partir das indicações nos questionários aplicados com os alunos, que grande parte deles não trabalha e que durante o seu dia-a-dia se ocupam com as atividades escolares, alguns ajudam em casa em alguma tarefa doméstica, saem com amigos, realizam alguma atividade

⁸ Existe uma gama de materiais didáticos e audiovisual que merecem serem consultados e explorados por professores e alunos. Alguns destes é possível acessando o site: www.acordacultura.org.

esportiva, assistem TV e acessam a internet. De acordo com os questionários, boa parte acessa a internet, a maioria gosta de acessar o Orkut, Facebook e no MSN, e uma menor parte, além destes sites, os de pesquisas. No que diz respeito às disciplinas que mais gostam, história está em 1º lugar em empate com ciências, onde o motivo pode ser visto pelo fato da disciplina história estudar acontecimentos dos nossos antepassados e pelo esforço dos professores estarem procurando articulá-los com o presente.

Ao abordar sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana a maioria dos alunos mostraram não ter conhecimento da lei 10.639/03 sendo que mais de 50% disseram ser importante a implantação da lei. As justificativas apresentadas foram indagações a respeito da vida dos africanos, sobre sua importância na sociedade e sua posição discriminatória. Os restantes das respostas correspondem aos que não concordam e aos nulos. Uma parcela não justificou sua posição, e o número mínimo que responderam, mencionaram ser mais uma matéria desnecessária nos currículos escolares, sendo suficiente o que sabem. Vejamos o gráfico:

Figura 4: Gráfico 2
1ª parte dos questionários aplicados aos alunos.



Aqui percebermos que há uma contradição com as respostas dos professores. No que diz respeito ao estudo da temática da História e Cultura da

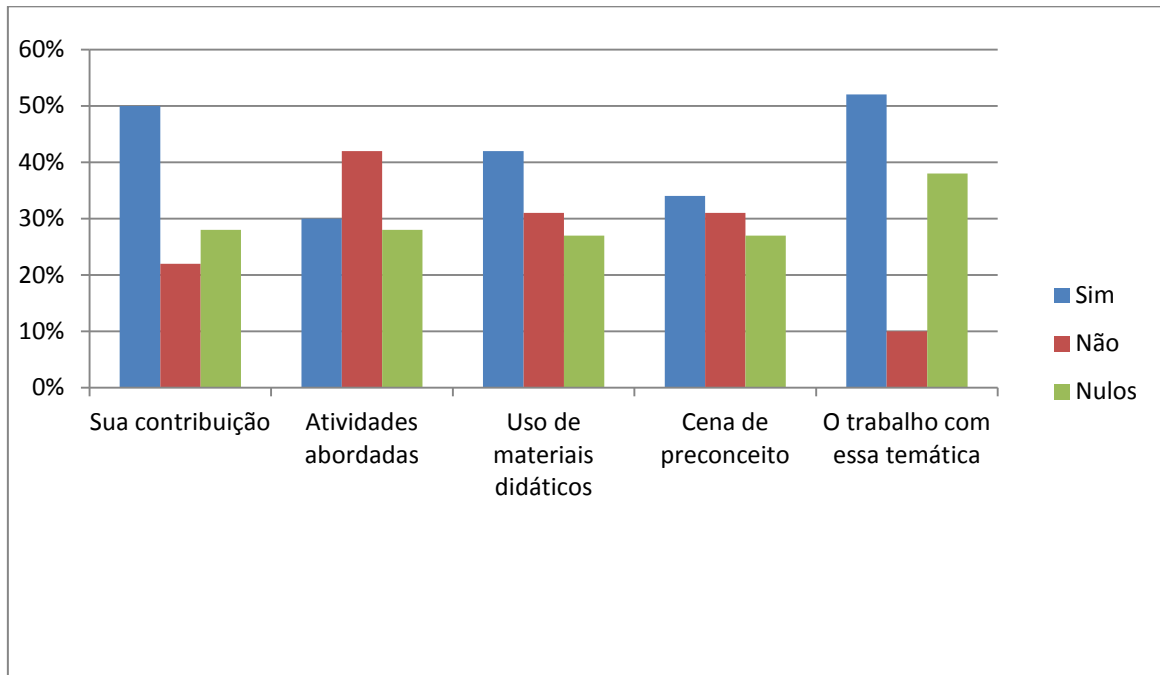
África teve 29 nulos; 13 alunos revelam que a lei 10.639 não é disciplina e nem é abordada como temas transversais e 58 disseram ter estudado a partir de temas transversais dentro da matéria de história. Sendo que mais de 50% afirmaram que os africanos contribuíram para a economia, política e cultura da sociedade brasileira, no entanto, poucos justificaram suas respostas.

Dentre algumas respostas, obteve-se o fato dos africanos ao chegarem no Brasil trazer consigo culturas e valores, nos quais, alguns foram aceitos pelos brasileiros. No que se refere a lembranças de algumas atividades abordadas pelos professores, mais de 50% não lembram ou ficaram sem responder. Porém, por meio do restante oponente obtiveram-se respostas satisfatórias, pois se lembraram de diversas atividades apresentadas pelo professor, dentre elas, as danças de origem africana, como por exemplo, a capoeira.

Em se tratando do uso de outros recursos didáticos para além do texto escrito, quase 50% dos alunos responderam que sim, sendo citada a utilização de filmes. Mas os professores enfatizam em seus questionários que o uso e a diversidade dos instrumentos didáticos são constantes nas suas aulas.

Em relação às cenas de preconceito, cerca de 35% confirmaram já terem presenciados alguma cena, houve um percentual semelhante para os que responderam ainda não ter assistido nenhuma cena, mas em torno de 30% não souberam manifestar sua justificativa para anular sua resposta perante a temática.

Figura 5: Gráfico 3
2ª parte dos questionários aplicados aos alunos.



Na porcentagem que segue do 4º gráfico houve uma modificação. Esse fator diz respeito a uma análise ao número total dos que responderam sim ou não, portanto, não contando com os nulos. Então, fazendo um paralelo entre as concepções dos professores e alunos, percebe-se que há uma grande diferença no que diz respeito ao conhecimento da lei, pois, enquanto todo o corpo docente conhece a lei, apenas uma minoria do discente/alunado tem conhecimento. O que mostra que ainda não há o cumprimento das determinações da lei.

Em conversa informal com técnicos da Secretaria de Educação do Município ao frisarmos as ações em relação ao Ensino de História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros tivemos a informação que a Lei é abordada metodologicamente a partir dos temas transversais, pois notamos que não há um direcionamento, um planejamento específico para os professores. Sendo assim, o que se pode ver por meio dessa informação e das adquiridas por meio dos questionários dos alunos é que realmente ainda não está havendo o ensino da temática da maneira exigida pelas Diretrizes.

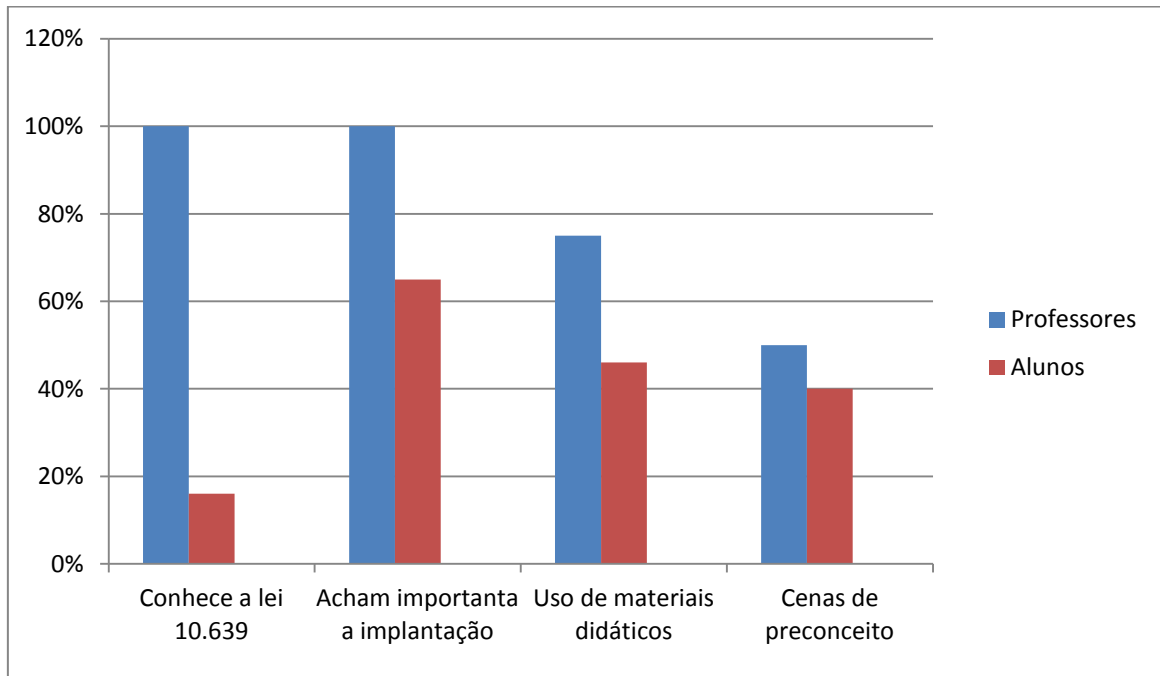
Apesar dessa diferença, quase o triplo dos alunos que têm conhecimento, acham importante a implantação dessa lei. Sendo que os professores atribuíram tal importância no sentido de uma nova forma de ensino que ajudasse a identificar

elementos de reconhecimento e valorização da cultura negra na formação da identidade brasileira, e os alunos, no que se refere à abordagem de mais conteúdos sobre a história do povo africano e indagações sobre os variáveis preconceitos sofridos.

Sobre a utilização de materiais didáticos, a maioria respondeu que sim, embora fosse apontado apenas o uso de filmes, e nem sempre o assunto diretamente a história da África. Enfatizando que a utilização de filmes é um recurso de grande valor, no entanto, é importante que não seja usado de forma indevida. Pois, antes de ser apresentado um filme na sala de aula é necessário que o professor exponha detalhes essenciais para o bom entendimento do aluno. Por exemplo, o contexto cultural em que foi produzido o trabalho, o que é ficção e o que foi baseado em fatos reais, informações sobre o autor, como em qual linha de pensamento está inserido, dentre outras informações. E assim, ajudar na compreensão dos valores sociais e culturais de cada sociedade.

Em se tratando de cenas de preconceito não houve muita diferença na porcentagem entre os referidos, sendo apontadas em ambas as partes cenas de discriminação racial. Desse modo, temos mais um ponto importante para se trabalhar as ações afirmativas de reconhecimento e de valorização as culturas afro-brasileiro conforme fora colocada pelas Diretrizes. Pois, enquanto não for inserida na sala de aula as danças, as linguagens, as músicas, os cultos, a culinária, a arte, a religião, dos afro-brasileiros ou de origem africana, vistos dentro de nossa cultura, não será valorizada, reconhecida e vista como contribuinte na construção da nação brasileira. Vejamos, então, o gráfico de comparação:

Figura 6: Gráfico 4
Comparação dos resultados entre professores e alunos.



Analisando as respostas de alunos e professores é possível percebermos que os conceitos eurocêntricos ainda fazem parte dos seus discursos. Por outro lado, notamos também um esforço, por parte dos professores, de quererem se livrar desse resquício ideológico do século XIX. Segundo Muryatan Barbosa(2008, pg.47), é uma “estrutura de caráter mental provinciano” fundada na superioridade do europeu sobre os demais povos do mundo, tanto no que diz respeito ao modo de vida quanto ao desenvolvimento. Estando visivelmente presente nos textos clássicos que fundaram a historiografia moderna no Iluminismo.

Ao longo de muitos anos, no ensino de História do Brasil, foi (e ainda continua sendo, mesmo com as edições “revisadas”) abordada nas escolas uma história eurocêntrica, em que se revela apenas os europeus como descobridores, colonizadores que impuseram seus costumes, sua religião e o comércio. Ao invés disso, poderiam ampliar o debate em torno dos encontros culturais que existiu entre portugueses e indígenas. Por exemplo, o que foi mudado, o que prevaleceu, só absorveram a cultura imposta pelos colonizadores, sem nenhuma reação? Quais resistências criaram os indígenas?

As diferenças entre as pessoas nem sempre são vistas de forma democrática, ou seja, nem sempre são consideradas as diversas formas de contribuições e experiências coletivas. Mas como um desvio – um equívoco – daqueles que pensam de maneira contrária à estabelecida por determinado grupo, seja editorial ou governamental. E encarando os fatos desta maneira estaria concebendo a cultura como algo acabado e homogêneo. No caso dos africanos que chegaram ao Brasil através do tráfico escravista negreiro, que acabaram por fazer parte de uma classe marginalizada, considerada como indivíduo “inferiores” em relação às estruturas socioculturais predominantes em que tentaram se inserir (ou foram inseridos).

Assim, a história dos negros não é tomada como “modelo” para as sociedades contemporâneas. Podendo se dizer que isto não acontece porque os africanos não sejam obedientes em seu trabalho, mas por em sua vida social ser rejeitado, ficando às vezes injustiçado pelo Estado.

Então, os africanos passam a circular por dois mundos: o da inclusão e o da exclusão social, estando sempre sob vigilância, tornando-se discriminados, por vezes excluídos socialmente, sem participação igualitária dos seus direitos de cidadão. Acaba que na realidade são colocados à margem.

No entanto, é perceptível que houve avanços, mas ainda existem retrocessos. Vivemos em uma sociedade segregada, preconceituosa e precisamos de ações urgentes. A lei 10.639 ainda não é abordada de forma plena nas escolas e avançamos de forma lenta para sua efetivação. Podemos notar a luta individual de diversos grupos sociais - a atuação do Movimento Negro no país – que há alguns anos vem se propagando com ideologia de tratamentos iguais, de forma muitas vezes sutil e com resultados altamente isolados, em relação às ações governamentais, como por exemplo, Luís Inácio Lula da Silva ex-presidente em que durante seu período de administração aprovou a lei 10.639/2003 tornando obrigatório o ensino da História da África nos bancos escolares.

De acordo com Cristina Garcia (2007, pg.38):

É nesse sentido que o “mito da democracia racial”, forjado nos idos da década de 30, permanece no imaginário social brasileiro, embora, institucionalmente, esteja sendo mais combatido nos governos atuais. Atuação essa, não se pode deixar de registrar, resultado das pressões sistematicamente empreendidas desde os escravizados até o Movimento Negro organizado.

Diante disto, percebe-se que há realmente vontade por parte do Estado em disseminar políticas de combate às discriminações raciais. Mas, para que isso aconteça, é preciso promover reflexões sobre as relações sócias no contexto histórico e escolar, sem ocultar sobre as diferenças de fenótipos entre negros e brancos entendidos como naturais existentes nas instituições educacionais. Para isso, conscientizar a população brasileira de que o Brasil é composto por uma população diversificada, e que não há a predominância de nenhum povo sobre o outro.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

2.1. A temática escravidão e alguns aspectos textuais no livro didático:

O manual [escolar] continua a ser autoritário. Camufla o modo de produção das representações que fornece, a sua relação com os arquivos, com um meio histórico, com as problemáticas contemporâneas que determinam a sua fabricação, etc. Por outras palavras, o manual fala da História, mas não mostra a sua própria historicidade. Através deste déficit metodológico, impede ao estudante a possibilidade de ver como tudo se origina e de ser ele próprio produtor de História e de historiografia. Impõe o saber de uma autoridade, quer dizer, uma não-História. Ao nível dos manuais há, pois, um grande trabalho a fazer para introduzir o estudante, como actor, na cidade historiográfica. Então o manual poderia ser o cavalo de Tróia de um fazer da História e de fazer a História.

Michel de Certeau, A nova história.

O poder de influência contido num livro didático é inegável, pois ao mesmo tempo em que nos serve de orientação ele nos afasta dos detalhes “reais” que viveu as sociedades passadas e emite uma versão “autoritária” sobre a historiografia. Por este sentido é possível problematizar os mecanismos de controle que cercam os livros didáticos, desde a sua feitura autoral até o processo de escolha pelos professores, junto deste que é acarretada uma ideologia. Portanto, há uma ação que envolve o leitor no desenvolvimento de determinado assunto. Assim, podendo ser usado na ajuda da construção de um entendimento coeso, oupor vezes auxiliando num processo de alienação, que nem sempre é percebível de imediato. Por isso, ressaltamos a importância na hora da escolha desta ferramenta de trabalho e da análise e utilização na sala de aula. Já que se trata de um material didático que exerce certo controle nas análises de interpretação e conhecimento crítico. Ressaltando ser possível notarmos certa resistência a estes controles no momento das leituras textuais, porém dependerá da intervenção dos professores e das competências dos alunos. Nesse sentido, Roger Chartier (1990, pg.25), considera que,

[...] a leitura como um acto concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como

estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais – chamemos-lhes 'tipográficos' no caso dos textos impressos – que são seus.

Então, é possível formamos “leitores dotados” nas aulas de história? Este seja um dos nossos maiores desafios e claro que isso se estenda para outras disciplinas também. Para avançarmos precisamos vencer várias barreiras: o excesso de carga horária dos professores, salas de aulas superlotadas, escolas sem biblioteca e infraestrutura, o controle ideológico nos livros didáticos, etc.

Trazendo esta última consideração – a do livro didático e seu poder coercitivo – para o contexto das salas de aula e relacionando esta visão com a Lei 10.639 que trata da História e Cultura afro-brasileira e Africana notamos a existência de uma forte influência eurocêntrica que cercam os livros didáticos de História Geral e História do Brasil. Atualmente, vem trabalhando-se não na desvalorização desta, mas ressaltando a importância das demais na ampliação da cultura do nosso país. Em que notamos claramente mudanças nas formas de impressão dos materiais didáticos e alguns ajustes foram realizados a partir das premissas da “Nova História”, mas os conceitos positivistas ainda prevalecem. As concepções de valor que exaltam os europeus sobre os outros povos – asiáticos, indígenas e africanos – de modo a impor essa cultura sob as demais ainda é prevalecente.

Assim, observa-se o interesse por parte das editoras e dos autores em explicitar suas teorias e defender sua linha de pensamento, que acaba rejeitando quaisquer avanços nos estudos das culturas afro-brasileiras. Ressalta-se também a importância do interesse dos professores e alunos nas escolhas dos materiais didáticos, já que são os principais usuários e por vezes, podendo vir a ser prejudicados neste meio de ensino-aprendizagem. E por último, o restante das pessoas que compõem a sociedade que não estão diretamente envolvidos neste meio, mas que indiretamente são influenciados no processo divulgação dos conceitos eurocêntricos.

Pois, o problema pode ser decorrente de dois impasses: a falta de uma análise mais profunda no que se trata das representações, no nosso caso, do negro, e a falta do aprofundamento no ato interlocutivo entre a produção didática e o discurso historiográfico, que nem sempre é percebida.

O livro a ser avaliado é apresentado pelos autores por apresentarem uma visão “moderna” da história, a qual consiste num estudo de um passado que merece ser problematizado, analítico e crítico. O olhar investigativo sobre o passado se articula ao presente, sem se prender a heroificação e nomes. Os autores propõem “uma compreensão ativa e crítica da História. Assim, buscando evitar as tradicionais abordagens passivas da História (...)”⁹.

Com esta visão do autor podemos questionar: o que é considerado pelos autores “abordagens passivas da história”? Quais sentidos constroem para a história? Qual o papel de professores e alunos nesse contexto? Será que a proposta pedagógica ajuda – professores e alunos – a refletirem sobre as diferentes possibilidades dos elementos de ligação ou não, dos acontecimentos inseridos em cada contexto histórico.

Neste capítulo a análise ocorrerá por meio de duas etapas: primeiramente teremos a observação da parte textual do livro didático e posteriormente, a da iconográfica. Sendo que nas duas partes procuraremos analisar as estruturas da historiografia em relação à mão-de-obra escrava, sua religião e seus costumes.

Através deste exame, por exemplo, podemos perceber como estão inseridos os tempos históricos afro-brasileiro e africano, ou seja, há uma história dos seus reinos/impérios? Ou é apresentado apenas a partir do ângulo da escravidão? Nesse contexto analisaremos a história dos afro-brasileiros a partir da colonização, que na maioria das vezes é posta apenas a exaltação da nação e dos governantes europeus, não mencionando nenhuma contribuição por parte dos africanos.

Na organização da divisão de capítulos no livro didático de João Paulo M. F. Ferreira e Luiz Estevam de O. Fernandes, publicados pela editora Companhia da Escola¹⁰, há um específico que trata da História da África. Nele contém a exposição de pesquisas arqueológicas realizadas ao longo do século XX, que tratam desde o surgimento dos vestígios dos primeiros *Homo Sapiens Sapiens*. Expondo a

⁹ FERREIRA, João Paulo Hidalgo. **Nova História Integrada**: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.

¹⁰ FERREIRA, João Paulo Hidalgo. **Nova História Integrada**: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.

possibilidade da África poder ser considerada o berço da humanidade. Coloca também a história dos Impérios e Reinos, explicando sobre os conceitos dados a estes, aos Estados e as cidades. Falando das organizações econômicas e políticas até a segunda metade do século XVII, auge do tráfico de africanos para a América.

Segundo John Faje (2010, p.1-22), tanto os historiadores profissionais, como também outros profissionais em geral, estavam apegados à concepção de que o povo africano não tinha uma história suscetível ou digna de ser estudada. Porém, alguns anos depois, os europeus empreenderam uma revolução real, moderna e científica sobre a África. Desencadearam uma avaliação racional sobre a África e as realizações da sociedade africana. Essa revolução em parte, contra a escravidão e o tráfico negreiro, e, em parte, à competição dos mercados africanos. E então, a partir de 1948, a historiografia africana que vai progressivamente se assemelhando à de qualquer outra parte do mundo.

O que pode ser observado no que se refere ao estudo historiográfico é que o livro não deixa a desejar, apresenta conteúdos que comprovam a existência de uma sociedade apesar de não homogênea, mas composta de variados valores e costumes. Onde pode ser visto a organização política e social de alguns reinos: Kush, Axum, e os Reinos da Núbia. Mostrando a predominância de suas próprias formas de organização, como por exemplo,

O vigor político axumita que teve início no primeiro século da Era Cristã. Nos anos finais do Império Romano ocidental, Axum teve seu apogeu comercial. O porto de Adulis era a principal porta para as trocas comerciais com a Pérsia e a Índia". (...) "os três "reinos" ficaram conhecidos por suas forças de cavalaria, pelos primeiros usos de rédeas e esporas e pelo aparelho militar baseado no uso de arcas e espadas. Suas atividades centravam-se na agricultura às margens do rio Nilo, na pesca, no comércio de escravos e nas minas de ouro e cobre. (FERREIRA, 2005, p. 151).

É importante esse contexto para que não se pense num continente pobre/atrasado em que não tinha uma cultura com valores estéticos e morais. Sendo assim, observa-se que por meio do estudo específico deste tema, passamos a ver que em lugares que não sejam precisamente a Europa, desenvolveram sociedades que foram capazes de progredirem em vários aspectos, sejam culturais, sociais e econômicos. Como por exemplo, os mais de 1.000 idiomas diferentes, a primeira

represa conhecida na história da humanidade, os primeiros canais de irrigação, domesticação de animais e exploração de minerais.

Em se tratando do tráfico de escravos, pode ser visto tanto no capítulo específico quanto o da formação da América portuguesa. No primeiro capítulo, os autores não utilizam imagens. Enquanto no segundo, utiliza-se de uma imagem, “Dança de negros”¹¹, a qual elogiamos o grande valor que exerce na construção de valorização numa sociedade de “cultura mestiçada” como a do Brasil. Que de acordo com Serge Gruzinski (2001, pg. 227–276), quando se fala das Américas, devemos reconhecer as mestiçagens culturais porque sempre existiram e tendem a se fortalecer cada vez mais.

Nesse sentido, Richard Price (2003, pg.77–113) explica, o que nós achamos que é cultura afro-brasileira não é, pois, depois da convivência das pessoas que aqui chegaram com as que aqui estavam, ocasionou o que podemos chamar de nova cultura, ou seja, uma cultura crioula. O que vemos aqui nas Américas não é uma cultura transportada, mas sim uma semelhança da que veio. Então, o que temos é uma cultura reelaborada de caráter distintivo que não exclui ameríndio, nem africano, ou seja, nesta há costumes reinventados/novos onde se observa tanto traços de origem indígena quanto os de africanos e europeus.

Neste mesmo capítulo os autores apontam vários temas: a diáspora, as divergências a respeito da existência da escravidão na África e o tráfico de escravidão na África. Aspectos muito importantes para a construção de debates em sala de aula, pois pode ser discutidos e ampliados as problematizações, como a existência do trabalho escravista na África antes do início do tráfico para o Brasil. A escravidão mencionada na África corresponde à mesma do Brasil? O porquê da preferência da mão-de-obra escravista africana a indígena?

O tema escravidão é visto por autores de livros didáticos como abordagem secundária e na maioria das vezes legitima as sociedades africanas uma interpretação eurocêntrica. Segundo Renilson Ribeiro (2004), estes vícios na historiografia se arrastam desde o século XIX. Daí Joaquim Macedo, formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, ter a seguinte visão: “A escravidão era

¹¹ O desenho Dança de negros, de Paul Harro-Harring, mostra os escravos dançando em festa. Mesmo longe da África, os negros preservaram seus valores culturais e criaram outros. 2005, p..175

um ‘cancro social’ uma doença que tomou conta da sociedade nacional. Ela impregnou os costumes como se fosse uma ‘árvore venenosa plantada no Brasil pelos primeiros colonizadores”.¹²

O discurso de Joaquim Macedo se consolidou na historiografia Oitocentista e transformou a temática da escravidão em um ciclo vicioso, onde nos primeiros anos de colonização ao expor o uso mão-de-obra escrava pelos portugueses como uma “prática normal”.

Esta mesma perspectiva fora corroborada com João Ribeiro (2004)¹³. Este autor ampliou a explicação sobre a escravidão antes realizada por Joaquim Macedo. Para Ribeiro a escravidão dos africanos teria começado com os descobrimentos portugueses na África. Quando um português chamado de Gilianes aprisionou nas Canárias alguns homens, escravizou-os e vendeu na Europa. Então, o príncipe Henrique ordenou que Gilianes retornasse os homens ao seu local de origem, no entanto, a atitude do pirata despertou a cobiça nos outros aventureiros, que logo o imitaram. E a partir disso, para regularizar a prática da escravização, prevalecia o princípio romano do *jure gentium*¹⁴ usado contra os bárbaros. Mais ainda existia outra justificativa para tal atitude, a utilização de fundamentos religiosos. Pois, “era o castigo bíblico, a maldição lançada por Noé contra Cam, seu filho, amaldiçoando seus descendentes (povoadores da África) à escravidão”, leitura encontrada em Gênesis 9, 20-7.

Continuando a análise do livro didático no capítulo que tem como título “A formação da América Portuguesa”, os autores, Ferreira e Fernandes (2005, p.174) fala sobre a preferência do trabalho africano, em vez do indígena, pelos donos dos engenhos, pois:

¹² Joaquim Macedo apud RIBEIRO, Renilson Rosa. **Colônia(s) de Identidades: Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil**. Campinas – SP. 2004. p.. 242

¹³ Idem, p. 248-249

¹⁴ O direito das pessoas que eram considerados cidadãos. Para ser considerado cidadão romano era preciso ser residentes na cidade de Roma. Eram divididos em *cives optimi iure* (que eram possuidores dos mais amplos direitos como, por exemplo: votar e ser votado, exercer funções políticas e praticar atos do comércio) e *cive* (que possuíam algumas limitações de acordo com as suas origens familiares, não podendo casar com qualquer pessoa e exercer determinadas atividades políticas e do comércio).

Cf. GALLO, Carlos Artur. O direito das gentes romano e a gênese do direito internacional privado. **Revista Jus Navigandi**. Disponível em: <<http://www.jus.com.br>>. Acesso em: 28 set. 2012.

A lenta troca dos escravos indígenas para os negros está relacionada a vários fatores, sobretudo econômicos e religiosos. O escravo negro se tornava, ao olhar europeu, apenas mais uma mercadoria para o sucesso das empresas mercantilistas. O número de regiões envolvidas e o número de traficantes faziam desse comércio algo amplamente lucrativo para Portugal, o que não ocorria com os indígenas, pois estes representavam uma circulação interna de bens dentro da própria colônia.

De modo geral, observa-se que o livro didático homogeneiza as relações sociais entre europeus, negros e índios. Portanto, o que existiu nesta relação foi um jogo de interesses políticos, culturais e econômicos que ainda não são explorados pelos temas didáticos, deixando os alunos apáticos a este debate.

No entanto, exploram muito a questão da violência e isso é visível em todos os livros didáticos que dão conta dos senhores coloniais que se utilizavam de várias formas de dominação, como as recompensas do bom comportamento. Estes diziam que o escravo que bem se comportasse, ou seja, não agisse contra a vontade do seu senhor, teria recompensas. Por exemplo, as escravas (as mães de leite) que cuidava dos filhos do patrão eram bem tratadas e tinham o “carinho” da família, e os escravos ganhavam um pedaço de terra para cultivar e o direito de escolher uma esposa.

Enquanto as explicações dadas à preferência da mão-de-obra escrava do africano, os autores do livro dizem está relacionada a fatores econômicos e religiosos. O escravo africano se tornava para os portugueses uma mercadoria empreendedora do mercado mercantilista e os indígenas para os jesuítas tidos como almas que precisavam ser catequizadas e não escravizadas. Pois, não relacionaram tal preferência ao fato dos indígenas serem considerados como preguiçosos; visão ultrapassada de acordo com as análises de estudos mais recentes.

E assim, quando os colonizadores chegaram ao Brasil, trouxeram consigo, africanos de diferentes lugares. Mas, para evitar que eles tivessem contato, tentaram vendê-los em grupos, separados de acordo com a idade, língua e o lugar de onde vinha, para que tivessem o mínimo de comunicação possível, com a finalidade de prevenir perdas na hora da venda. Pode-se então perceber que o conteúdo abordado está condizendo com fatores que não desvalorizam nenhuma cultura, seja africana ou indígena.

Retomando a posição dos escravos, podemos citar algumas das variáveis manifestações – suicídios, assassinatos dos patrões e as fugas. Onde podemos citar a fuga para o Quilombo dos Palmares, que é abordado apenas como uma forma de resistência, sem falar das causas que levaram a isso. Atitude que pode ser explicada, entre outros motivos, a dos excessos cometidos pelos seus senhores. Por exemplo, as condições precárias de sobrevivência, que não é explicado no livro. Daí a competência dos professores em intervir nesse debate e ampliá-lo em sala de aula, de forma a contribuir para um estudo mais aprofundado sobre a escravidão, mas também sobre os focos de resistências e os aspectos culturais.

Contudo o que foi observado até agora é que nos livros didáticos mesmo com as mudanças ocorridas nos últimos anos em relação aos conceitos e da influência estrangeira nos referenciais teóricos ainda pode-se notar uma imagem do negro escravo como sujeito passivo, tido apenas como vítimas. O avanço dos negros como agentes históricos encontram-se na academia, nos trabalhos isolados de mestrados e doutorados de vários pesquisadores de história e de áreas afins.

Em se tratando da religião este é um ponto em que se sente falta de abordagens mais recentes. O livro apresenta apenas os contatos culturais do judaísmo, cristianismo e islamismo na África antes do século XV, no capítulo específico. Sem abordar em nenhuma outra parte, por exemplo, as influências de algo herdado da religião africana no Brasil.¹⁵

Pois, seria bastante relevante trazer para sala de aula discussões a respeito da integração de crenças africanas na religião brasileira. Poucos sabem sobre a origem de muitas religiões, por exemplo, as de origem afro-indígenas - “catimbó”, “macumba”, “canjerê”, em que muitas vezes são usadas denominações pejorativas relacionadas a feitiçarias (magia quase sempre com intenção maléfica) e a curandeirismo (prática ilegal da medicina para a ciência), no entanto, sem entender a origem e profundidade de suas reais crenças. E isso seria importante para entendermos sobre suas antigas crenças, e posteriormente, as atuais.

Dentre os africanos que vieram para o Brasil na condição de escravos, havia uma pequena parcela de imigrantes livres que provinham de diferentes povos com

¹⁵BRITO, Ênio José da Costa. MALANDRINO, Brígida Carla. **História e Escravidão: Cultura e Religiosidade Negras no Brasil – Um Levantamento Bibliográfico**. *Revista de Estudos da Religião* dezembro / 2007 / pp. 112-178- Coleção História Geral da África da UNESCO. África antiga. (Editor G. Mokhtar)

variadas culturas. Naquele tempo, apenas o catolicismo era permitido, sendo assim, os negros africanos tiveram que se manterem fieis a religião imposta. Porém, alguns resolveram reunir-se em grupos para praticar os rituais religiosos e transmitir suas reminiscências, e assim recriar suas religiões.

Sendo assim, os africanos que vieram para o Brasil provinham de povos distintos com variadas culturas. E então, essas reuniões tiveram que ser uma espécie de resumo da junção destas diferentes crenças. O que ocasionou o surgimento de “novas religiões”, que consistiam em cultos com práticas de rituais provindos de diversas culturas. Assim, surgindo o que podemos chamar de cultos dos orixás, tambor-de-mina, cultos congo-angolanos, cultos islâmicos e cultos afro-indígenas.

Por toda essa problemática podemos perceber que os livros didáticos, estão longe das matrizes curriculares exposta na lei 10.639/03 que consiste na construção de uma percepção de sociedade brasileira formada pela síntese de diversas culturas. No entanto, estas são práticas que existem em vários espaços pelo Brasil, podemos citar alguns exemplos: o ritual do tambor-de-mina no Maranhão; o culto dos orixás no Recife; as ialorixás na cidade de Cachoeira na Bahia que abordam significativos aspectos das crenças e dos rituais católicos, como a realização de festa católica do Império Divino em homenagem as Espírito Santo; as procissões-dançantes em homenagem a São João; e a procissão do enterro de Nossa Senhora do Rosário.

Desse modo, colocamos a relevância de expor assuntos que façam com que desperte a curiosidade dos alunos, e conseqüentemente explicações por parte do professor, como por exemplo, que traços africanos podemos analisarnas diversas religiões brasileiras? Em quais aspectos são visíveis? Nos costumes? Na alimentação? Nos vestuários? Na religião? Quais outros?

E sendo assim apresentar explicações claras, sobre as práticas afro-brasileiras que eram diversificadas porque foram constituídas pela convivência de pessoas africanas provenientes de diversos povosque ao chegarem ao Brasil, conviveram com indígenas e europeus. Podendo citar os principais lugares do país que podemos observar essa miscigenação/convivência - o Recife, a Bahia e o Rio

de Janeiro. Também partir das diversidades dos estados, como é o caso do Piauí.¹⁶ Ou seja, o ensino de História e Cultura da África no sentido de construir cidadãos que sejam capazes de perceber a mestiçagem da cultura brasileira, distinguindo o que foi ou não, herdado dos africanos.

Explicar também que devido a Igreja Católica proibir a realização dos cultos e alguns traços do cristianismo ser compatíveis com os da tradição africana, as religiões afro-brasileiras apresentam significativos aspectos das crenças e dos rituais católicos.

Reconhecer os aspectos da herança africana vista em vários setores no nosso país, seja a origem de suas crenças, seja as danças, músicas e a culinária. Participa desta mesma opinião, Sérgio Buarque de Holanda. Segundo o autor:

Na formação do povo brasileiro, enfatizou o autor, havia uma forte dívida ao elemento negro. (...) A adaptação do negro à vida na colônia, segundo o autor, pôde ser representada pela os pratos típicos que a raça criou a partir de uma realidade diferente da África. A mistura de tradições não deu origem apenas a novos pratos para a culinária, mas também a identidade mestiça do brasileiro, amplamente exaltada depois dos anos 1930, (...) Para Sérgio Buarque, uma das principais contribuições do negro foi para os pratos típicos da cozinha do Nordeste, particularmente da Bahia, onde os escravos foram introduzidos em maior quantidade. (...) Além do trabalho e da culinária, o autor observou que o negro introduziu na linguagem termos que continuavam vivos no vocabulário do povo: (canga, dengo, cafajeste, cachaça, caçula, neném, dodói, au-au)(...)Os negros ainda trouxeram uma nota musical alegre para o Brasil através de vários instrumentos usados na África (agogô, atabaque, berimbau, reco-reco, tamborim, zabumba). O carnaval, neste contexto, seria a maior expressividade da influência do negro na cultura brasileira.¹⁷

A partir destas considerações, observamos que a figura do negro muito contribui na alimentação, na música, na linguagem e em diversos aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira.

¹⁶ Ver os seguintes trabalhos no estado do Piauí: FALCI, Miridan B. K. **Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais**. Teresina: FCMC, 1995; _____ **O Piauí na segunda metade do século XIX**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986; FILHO, Alcebíades Costa. **História da mulher escrava no Piauí**. Cadernos de Teresina: Teresina, 1992. LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871)**. Passo Fundo: UPF, 2005.

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apud RIBEIRO, Renilson Rosa. **Colônia(s) de identidades: Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil**. Campinas, SP – Agosto de 2004. Pg. 289 – 291.

Dando continuidade a nossa apreciação crítica do livro, no capítulo 8 “A nova medida do homem” que trata das grandes navegações, é observado em uma das sugestões de leitura e atividade, um texto que trata dos valores culturais de cada Continente, onde dentre esses valores predomina-se os da Europa. Porém, a atividade proposta para os alunos é visualizar o eurocentrismo presente no texto, onde observamos um grande acerto dos autores do livro.

A partir do que até agora foi abordado no decorrer da análise do livro percebemos muitos acertos, porém sentimos falta de assuntos que envolvam a história e cultura da África e dos afro-brasileiros presente na nossa sociedade atual. Pois, o período abordado no capítulo específico, foi dos primeiros vestígios de homínídeos de 4 milhões de anos atrás até o auge do tráfico de escravos africanos para a América na segunda metade do século XVII, e nos outros capítulos até a abolição. Nele foi visto, vários pontos que levam os leitores à indagar, perguntar, julgar, defrontar sobre os elementos envolvidos em cada momento, levando-os a busca de comparações com outros eventos. Porém, sugerimos conteúdos que abordem a imagem do negro na sociedade brasileira – na educação, na mídia, na arte, na música, na dança, dentre outros.

Foi importante ter mostrado a África antes do século XVI, no entanto, se prendeu muito aos estudos arqueológicos da origem da humanidade durante o período da antiguidade, pois, no capítulo referente à Antiguidade Oriental já tinha sido colocado estudos sobre esse assunto. Sendo assim, era preciso apenas ter mostrado a complexidade e pluralidade do território africano, sem se adentrar muito a este período. Nisso, ter apresentado questões que levasse a reflexão sobre mistura de raças, mestiçagem cultural, crioulização e herança cultural. Já que se trata de alunos de nível médio, os quais têm capacidade de junto com o professor debater sobre esses conceitos.

Pois, isso ajudaria na discussão sobre racismo, além de possibilitar vários questionamentos, como: quais costumes são de origem africana? Que traços permaneceram depois do encontro/convívio dos diversos povos no Brasil?

O povo africano tem uma cultura diversa desde a sua origem. A África era composta de várias regiões/etnias/povos diferentes, e quando chegaram ao Brasil, por mais que os “seus senhores” não quisesse que se comunicassem, no decorrer

do tempo não houve como evitar uma relação entre estes e o restante da população. Assim, considera-se que a partir desse contato houve uma mistura de costumes provenientes do contato de todos os que habitam na sociedade brasileira, onde conseqüentemente provocou a origem de uma “nova cultura” composta por a mistura de costumes de cada povo residente neste país.

E isso serviria para não continuarmos pensando numa sociedade de costumes originados apenas dos europeus. Pois, de acordo com Delton Aparecido Felipe (2007, pg.503-504), “a História do Brasil ensinada foi elaborada a partir da visão européia. Os livros didáticos e outras produções bibliográficas ignoram dos africanos e afro-descendentes, o que contribui para formar as mentalidades alienadas”.

2.2. A temática escravidão e alguns aspectos das imagens no livro didático:

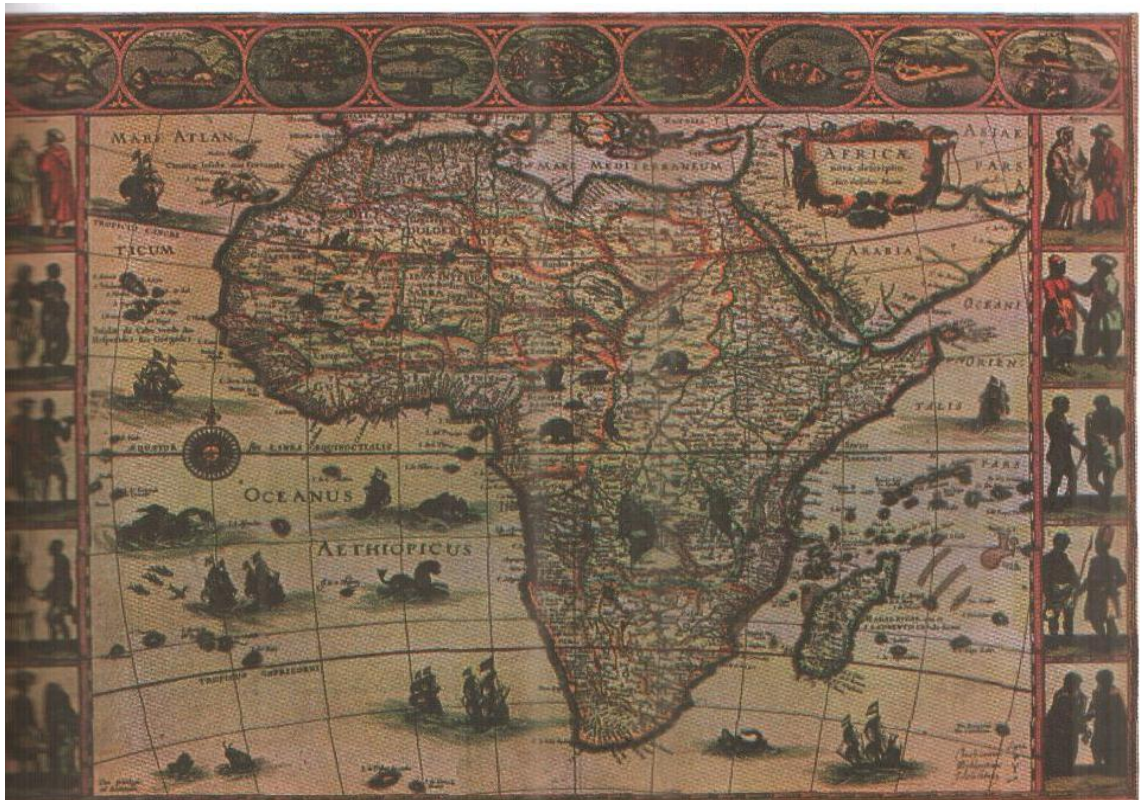
Este subitem procura analisar as representações dos negros e do Continente Africano nas imagens iconográficas, pois o livro didático dispõe de muitas figuras que merecem ser estudadas. Estas iconografias ajudam os livros didáticos a montarem uma ordem ideológica a partir da visualidade, pois expressam uma história “verdade”, mas possível de ser questionada. Segundo Paiva (2002, pg.18),

A iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. Nesse aspecto, ela é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais, tem que ser explorada com muito cuidado. Não são raro os casos em que elas são tomadas como verdade, porque estariam retratando fielmente uma época, um evento, um determinado costume, ou uma certa paisagem. Ora, os historiadores e os professores de história não devem, jamais, se deixar prender por essas armadilhas metodológicas. E, é importante lembrar, quanto mais colorida, mais bem traçada, mais pretensamente próxima da realidade, no passado e no presente, mais perigosa ela se torna.

Portanto, para ampliarmos as análises sobre as imagens é preciso o arcabouço das “escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada” para depois levarmos este exercício para dentro das salas de aula. Grande parte dos livros didáticos usa dos artifícios das imagens

nos conteúdos dos capítulos. A propósito, o livro didático dos autores Ferreira e Fernandes inicia-se apresentando estudos de alguns autores sobre os primeiros vestígios da raça humana na África. Nesta parte são colocados estudos de historiadores interpretando as escavações arqueológicas, onde mostra a África como o Berço da Humanidade. Fato importante para o leitor perceber a relevância do estudo desse Continente nas escolas e ajudar o aluno a se interessar mais pelo assunto. Além de fazer com que veja não só o Continente Europeu como proponente de saberes e experiências que podem ser seguidos. Mas também, a existência de outros Continentes – no nosso caso o da África, que se desenvolveu em vários aspectos possuindo muitos exemplos a serem seguidos, como já citado, a dança, a arte, a culinária.

Figura 7: Mapa de Localização

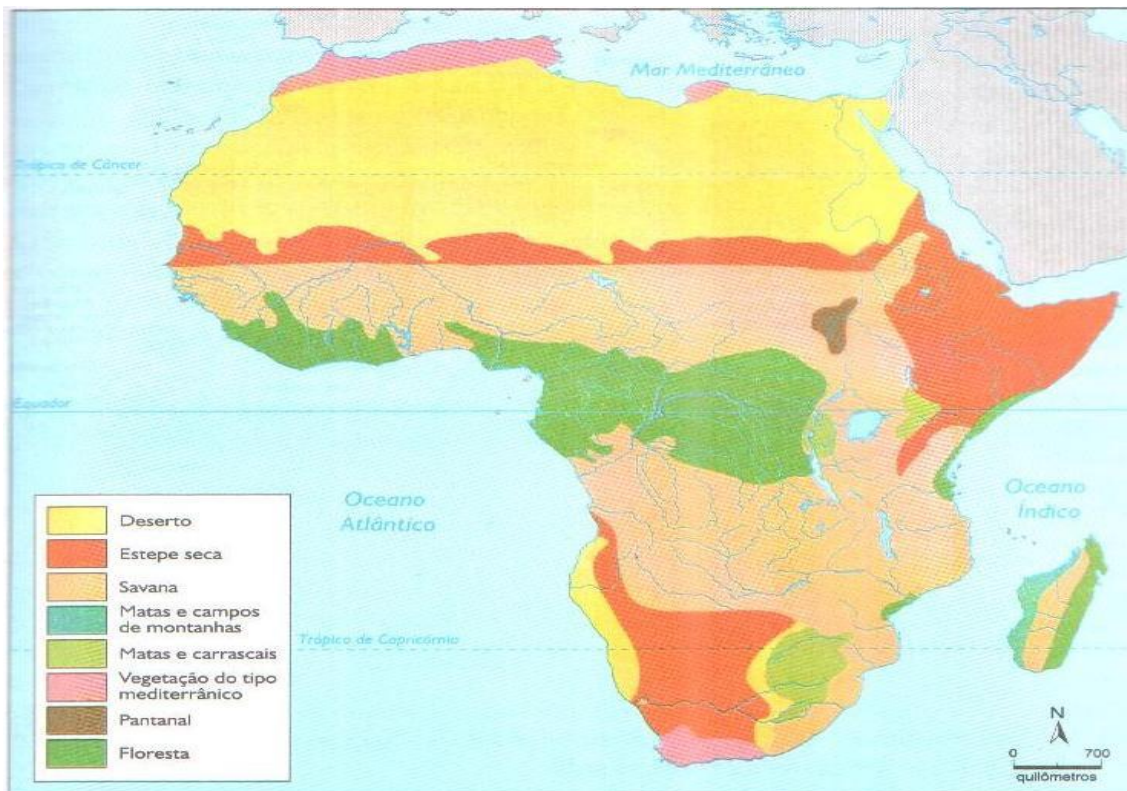


FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.146.

No mapa de localização é possível notarmos as diversas etnias existentes no imenso território. Cada área apresenta características específicas que merece ser explorada em sala de aula dando ênfase as diversas culturas e particularidades.

Continuando com a análise temos o mapa geográfico da África, em que nele podemos observar a sua diversidade climática. Ajudando-nos a entender os motivos de algumas regiões demorarem mais do que outras a se desenvolverem. E sendo assim, perceber o motivo de não podermos generalizar o território africano como um todo. Pois, é preciso conhecê-lo para compreender a capacidade de maior desenvolvimento de uma região para outra.

Figura 8: Mapa Geográfico da África



FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.147.

Nele podemos observar a presença da sua pluralidade geográfica, onde são abordadas suas áreas de predominância florestal, pantanal, de matas e campos de montanhas desérticas, dentre outras. Onde relacionamos com a introdução da próxima imagem, que apontamos como um pouco desnecessária.

Nesta próxima figura, temos outro mapa mostrando os sítios arqueológicos existentes no continente africano e das fronteiras e limites das cidades/Estados. Onde esboçamos tal utilização do mapa para questionar sobre as recentes pesquisas arqueológicas acerca destas regiões. Quais foram as descobertas? Quais características culturais destes diversos grupos sociais?

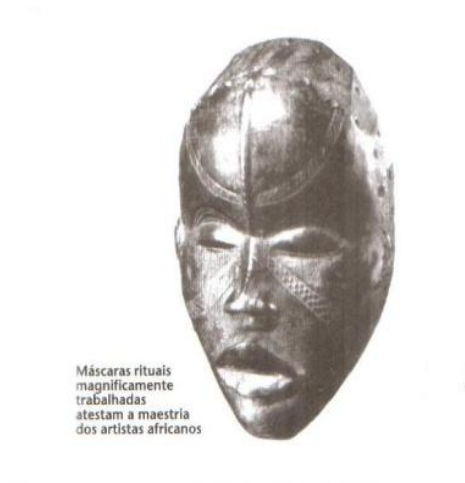
Figura 9: Mapa dos sítios arqueológicos



FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.148.

Noutras imagens os focos dos autores são para as artes africanas. Mas estas não são exploradas, como deviam, pois pouco problematizam e dão ênfase aos trabalhos manuais. Vejam abaixo:

Figura 10: Máscaras de rituais africanos



FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.149.

Os autores poderiam ter tomado a máscara do ritual produzida por artistas africanos e proposto o levantamento de outros trabalhos manuais realizados pelos africanos e/ou pelos afro-brasileiros. E é neste momento que enfatizamos a importância de ser trabalhado esse aspecto artístico. Que muito contribui para o esclarecimento e confirmação do desenvolvimento não só social, político e econômico, mas também cultural. Segundo Ki – Zerbo(2012, pg.762):

A arte pré-histórica africana foi incontestavelmente um veículo de mensagens pedagógicas e sociais. Os San, que constituem hoje o povo mais próximo da realidade das representações rupestres, afirmam que seus antepassados lhes explicaram sua visão do mundo a partir desse gigantesco livro de imagens que são as galerias. A educação dos povos que desconhecem a escrita está baseada, sobretudo na imagem e no som, no audiovisual, fato comprovado até hoje pela iniciação dos jovens na África subsaariana. Os petroglifos da arte são algo semelhante. No entanto, é evidente que o mito não

explica tudo, pois, antes de produzir o mito, é necessário produzir e reproduzir a própria sociedade. Assim, o mito pode se tornar um meio privilegiado para melhorar (ou deteriorar) as forças produtivas e as relações de produção.

Nas imagens podem ser exploradas e ampliadas seu leque de problematizações, pois como a citação acima enfatiza a partir dos mitos também é possível discutirmos sobre povoamento, migração, trabalho, produção de alimentos e outros temas. Assim as imagens não são meras ilustrações soltas no texto, um esquema morto, elas reúnem vários atributos que estão presentes em vários materiais didáticos, de forma que merecem ser analisadas pelos pesquisadores, professores e alunos.

As duas figuras a seguir, ficaram um pouco deslocadas dos costumes dos negros pelo seu conteúdo representado. A primeira trata-se da representação da Estela do Reino de Axum, na atual Etiópia.

Figura 11: Representação da Estela do Reino de Axum, na atual Etiópia.

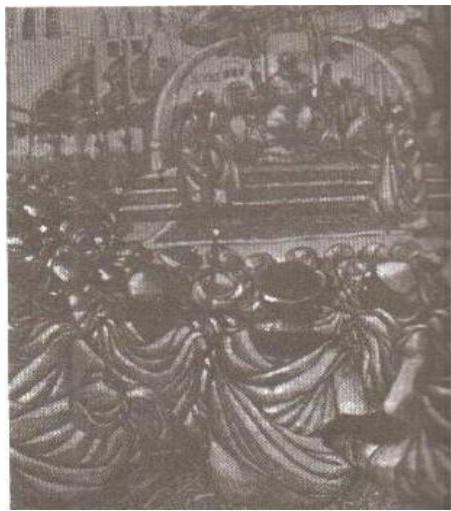


FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.151.

O Reino de Axum teve seu vigor político no primeiro século da era Cristã, e seu apogeu comercial nos anos finais do Império Romano. Onde poderia ter colocado pinturas em objetos, ou os próprios objetos de barros, madeiras e outros, que valorizasse mais suas produções culturais.

Vejam a segunda imagem:

Figura 12: Representação de uma audiência com o rei do Mali



FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.152.

Na imagem acima temos a representação de uma audiência com o rei do Mali, região que se expandiu a partir de sua favorável localização geográfica, pois consistia numa região fértil às margens do alto Níger. Expansão esta, que se deu também, por meio do estado controlar as regiões auríferas e as rotas fluviais. Local onde sugeríamos em vez das imagens usadas, a utilização de figuras que tivessem relacionadas às escavações dos minérios; as técnicas da agricultura; as plantações próximas dos rios; as especificidades de suas tumbas onde poderia ser relacionando

com os rituais fúnebres; ou algum monumento localizado na cidade ou capital e também moradias coletivas.

Vejamos agora outra imagem:

Figura 13: Gravura árabe (século XIII)



Gravura árabe (século XIII) representando o célebre viajante marroquino Ibn Battuta atravessando o deserto africano montado num

FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.152.

O reino Mali ultrapassa os limites territoriais, na imagem acima estão representados seus mercadores viajantes que negociavam além de suas fronteiras. Pois, através desta podemos ver como se deu o desenvolvimento do setor econômico, assim nos ajudando a entender e perceber o desenvolvimento de uma região africana como a de qualquer outro continente.

Os autores do livro didático - **Nova História Integrada** – Ferreira e Fernandes, ampliarão no conteúdo do livro didático a historiografia que tratam dos

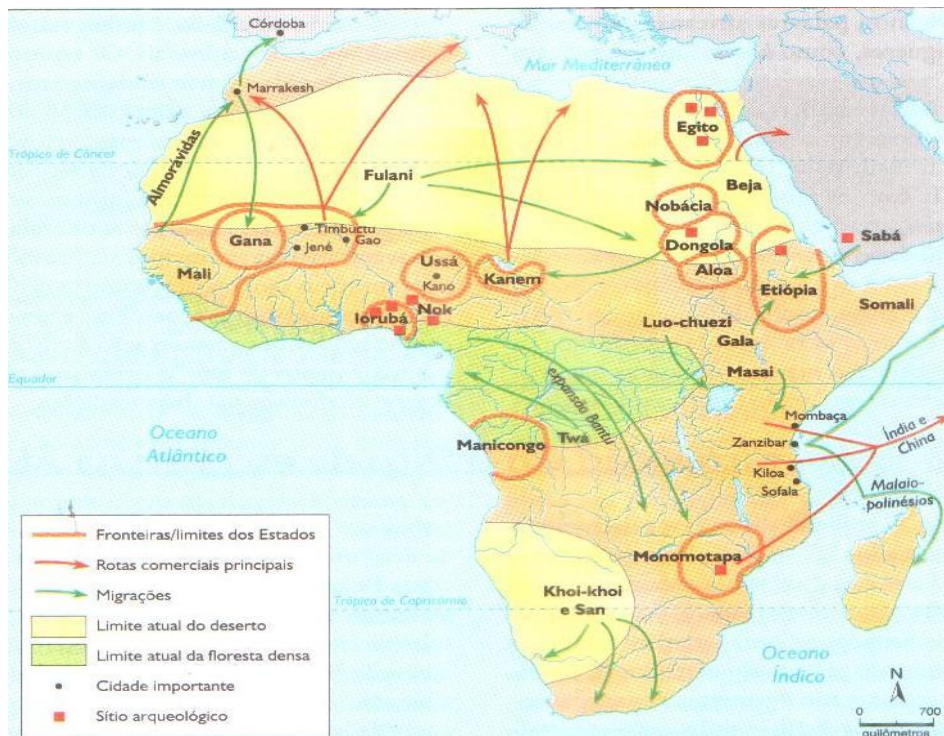
negros, mas apesar disso, notamos uma limitação dos temas explorados, pois sempre abordam os aspectos políticos e econômicos como eixos principais. Daí acharmos que na proposta de um capítulo específico sobre os negros haver um excesso de conteúdo e de imagens que poderiam ser mais bem aproveitadas. Cadê as imagens que retratam o cotidiano, figuras de cantores e seus instrumentos, as narrativas orais, os utensílios domésticos, as roupas, a alimentação... Segundo A. HambatéBá (2010, pg.167-168), antes mesmo da escrita já havia outras formas de repassar os ensinamentos. Através dos músicos contadores de histórias se transmitia os conhecimentos herdados pelos seus ancestrais.

Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura. Felizmente, esse conceito infundado começou a desmoronar após as duas últimas guerras, graças ao notável trabalho realizado por alguns dos grandes etnólogos do mundointeiro. Hoje, a ação inovadora e corajosa da UNESCO levanta ainda um poucomais o véu que cobre os tesouros do conhecimento transmitidos pela tradiçãooral, tesouros que pertencem ao patrimônio cultural de toda a humanidade.

Não é que as imagens referidas não contribuam em maior conhecimento sobre o continente africano. A questão é perceber se ela estaria fazendo o leitor perceber uma nova visão de um lugar que teve desenvolvimento econômico, político, social, mas também cultural como o de qualquer outro continente. E não a visão contrária, ainda predominante em várias escolas e materiais didáticos em que centram o Continente Africano em um ambiente pobre, atrasado, desconsiderado por muitos e tido como assunto desnecessário a ser apresentado em sala de aula.

Continuando com nossa observação temos mais um mapa, com bom conteúdo e bem posicionado. Pois, apresenta assuntos relevantes para o entendimento do leitor sobre a África. Neste temos as fronteiras dos Estados e as principais rotas comerciais que proporciona um maior entendimento sobre as navegações comerciais entre o continente africano e os estrangeiros. Além de acentuar as migrações de um território para outro. Ressaltando que não houve somente o empreendedorismo comercial após o século XVI, antes deste período já havia também negociações intercontinentais. Ajudando a desconstruir a idéia de dificuldade de comunicação entre as regiões.

Figura 14: Mapa das fronteiras dos Estados e as principais rotas comerciais



FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.153.

Noutro capítulo, sem ter uma especificidade ao continente africano, mas sobre a Formação da América Portuguesa os autores expõem uma imagem que representa os costumes afro-brasileiros.

Figura 15: Ritual africano



FERREIRA, João Paulo Hidalgo. Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005, p.175.

No entanto, devemos ter o cuidado para não criar nas imagens que representam festas e rituais eventos estereotipados pela historiografia eurocêntrica. Se continuarmos aprofundando estes debates talvez estejamos nos aproximando da lei 10.639/03, pois expressa a urgência de fazermos com que os alunos percebam e valorizem as heranças das culturas africanas apresentando-lhes não somente a visão dos tráficos escravistas e da exploração do trabalho, mas como agentes históricos.

Através da imagem acima os professores podem abordar para os alunos e articulá-los com o audiovisual sobre a presença de danças, rituais e outros eventos que se estendem até a sociedade do tempo presente.

Se ampliarmos o leque de interpretações sobre a história e cultura dos negros, podemos apresentar aos alunos outros contextos e assim extinguir a visão do negro como vítima, pobres coitados, inferiores, e sim como sujeitos possuidores de diversos valores que se incorporarão aos costumes atuais. De acordo com Marco de Oliveira (2004, p.344):

O negro na história ensinada prevalecia sendo representado unicamente por uma lógica que o colocava sempre na mesma

condição de seus antepassados escravizados e dificilmente pelas situações diversas que aparecem na sociedade contemporânea.¹⁸

É preciso romper com essa “lógica” do discurso e não deixar que a história e cultura dos negros passem despercebidas, mas que urge a necessidade de ser trabalhado cotidianamente no contexto escolar, desde os primeiros anos das séries iniciais. Segundo Cícera Silva (2009, pg.33):

Em síntese, na pré-escola e nos demais níveis educacionais, pouca ou nenhuma atenção é dada ao aspecto multicultural existente na sociedade e no cotidiano escolar. Tratar desta questão é entendido como algo “cansativo e desnecessário” por parte dos profissionais da educação. Via de regra, o racismo histórico brasileiro bem como o atual processo discriminatório contra os negros não representa questão importante a ser discutida e pensada. Logo, a ausência deste tema no planejamento escolar e no Projeto Político Pedagógico impede a promoção de boas relações étnico-raciais.

Somando-se a isso, a preocupação com o processo ensino/aprendizagem e a produção de materiais didáticos que promovam a interpretação crítica frente à sociedade eurocêntrica que privilegia a raça branca em detrimento a outros grupos (indígenas e negros). Que os conteúdos escolares não sejam representados apenas pelos roteiros dos livros didáticos e não perpassa apenas como temas transversais e pedagogias de eventos (20 de novembro, Dia da Consciência Negra), tidos com pouco interesse, mas sim como uma dívida a ser paga ou uma ação a ser reparada com a população negra.

Com base no que foi exposto, sobre a presença de imagens nos livros didáticos, é necessário percebermos que importa-nos, tanto como pesquisadores e professores, um posicionamento crítico frente às análises destes materiais e da interpretação que podemos propor em sala de aula para romper certos paradigmas da história elitista e cronológica. Para tanto, seja importante revermos os conteúdos apresentados, o uso das imagens e de outras fontes na construção dos discursos hegemônicos. E nas regiões do Brasil, conteúdos que podemos selecionar para ampliarmos o debate da história e cultura afro-brasileira. Ainda uma tarefa coletiva que precisamos empreitar.

¹⁸ OLIVEIRA, Marco apud RIBEIRO, Renilson Rosa. **Colônia(s) de Identidades: Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil**. Campinas – SP. 2004. p. 344.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os questionários aplicados aos alunos, observamos que há divergências entre eles sobre a forma de se posicionar frente à História e a Cultura Afro-brasileira e Africana, pois esta visão vem demonstrar que apesar das diretrizes curriculares, do livro didático e de outros recursos pedagógicos que são remetidos para os professores percebemos que as mudanças nas construções de produções críticas no ensino de história ainda estão distante da realidade prática dos professores. Para um avanço mais abrangente tudo depende da ação docente, pois é ele que prepara a aula, quem determina os conteúdos, que referencia outros elementos didáticos para os alunos.

No entanto, percebemos que certos avanços foram dados, mas precisamos trilhar, urgentemente, outros caminhos. Foi muito importante, no livro didático, colocar mapas tratando da geografia do Continente africano, dos sítios arqueológicos e das rotas comerciais. Abordagens referentes aos assuntos sobre a África que valorizam e ampliam os debates em sala de aula. Porém, foi colocado só até a segunda metade do século XVII, o auge do tráfico de escravos. Por que não trabalhar com temáticas sobre os africanos depois de sua chegada no Brasil? E de suas culturas e não apenas dos trabalhos braçais que desenvolveram nos tempos do Brasil Colônia e império? Como é possível trabalhar as ações afirmativas de valorização e reconhecimento dos afros sem falar das heranças africanas presentes em nosso país? Se o objetivo da lei 10.639 é fazer com que nós nos reconheçamos como brasileiros uma cultura diversificada, com misturas de costumes, oriundos de várias etnias, como valorizar esta diversidade sem ao menos ter conhecimento da sua existência?

Para cumprirmos realmente a proposta da lei, não basta apenas sabermos que a África é um Continente que se desenvolveu uma economia, uma política e uma sociedade. É preciso conhecer a história e cultura africana não só até sua chegada no Brasil, mas sim, a permanência, as rupturas e as mudanças de seus costumes que ocorreram (e ocorrem) durante a sua convivência com os demais povos quando para cá foram trazidos pelos europeus.

E assim, fazemos uma reflexão sobre nossa identidade, ou seja, repensar os conceitos de colonização e civilização enraizados nos bancos escolares a fim de eliminar quaisquer pensamentos que mostre desvalorização ou preconceito.

FONTES

Leis

BRASIL. **LEI Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação. 1996.

_____. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>.

_____. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. **Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>.

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais**. Brasília:MEC/Secad, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004, pg.35.

¹BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em: 13 de abril de 2012,pg.8.

Livro didático

FERREIRA, João Paulo Hidalgo. **Nova História Integrada**: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.

Questionários

LIMA, Edna Almeida. Atualmente é professora das Unidades Escolares Maria de Carvalho e Manoel Batista de Carvalho, em Santo Antonio de Lisboa-Piauí. Questionário aplicado no dia 30/11/2011.

BATISTA, Maria de Jesus. Atualmente é professora do Núcleo Municipal de Educação, Miguel Borges de Moura e Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, em Santo Antônio de Lisboa-Piauí. Questionário aplicado no dia 30/11/2011.

SILVA, Cleovaldo Rodrigues. Atualmente é professora do Núcleo Municipal de Educação, Miguel Borges de Moura e Vereador Francisco das Chagas Rodrigues, em Santo Antônio de Lisboa-Piauí. Questionário aplicado no dia 30/11/2011.

Referências

- BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Nº 1 jun./2008. p.47.
- BERTOLT BRECHT apud FERREIRA, João Paulo Hidalgo. **Nova História Integrada: ensino médio: volume único: manual do professor/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luís Estevam de Oliveira Fernandes**. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 25.
- FAGE, Donner John. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo.– 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 992 p. pg. 1-22
- FELIPE, Delton Aparecido. **Ensino de História Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica: Desafios e Possibilidades**. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. ArqMudi. 2007;11(Supl.2). Pg. 503-504.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005/ Renísia Garcia** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. p.38.
- GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar - São Paulo: Companhia de Letras, 2001. Pg. 227-276.
- HAMBATÉ BÂ, A. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo.– 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 992 p. pg. 167-168.
- Ki-Zerbo, A. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo.– 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 992 p. 762.

MINTZ, Sidney W. PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Palhas: Universidade Candido Mendes, 2003.Pg. 77-113.

MONTEIRO, Ana Maria. Narrativas e narradores no ensino de história. In: _____, Ana Maria F.C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e praticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. P. 129

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica. 2002, p. 18.

SILVA, Cícera Maria. **África mãe-preta** - Respeitar as diversidades e combater as desigualdades. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2009. p. 33.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Santo Antônio de Lisboa-PI**. Disponível em: <<http://www.pt.wikipédia.org>>. Acesso em: 28 set. 2012

VALENTE, Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr. 2005. Nº28. p.63.

ANEXOS



EDUCAÇÃO
CIÊNCIA
ARTE
INCLUSÃO
SOCIAL

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Curso de Licenciatura Plena em História

Orientador: Prof.Ms. Gleison Monteiro

Orientanda: Cláudia Rodrigues

QUESTIONÁRIO -TEMA I

Quem é o professor de história?

1- Nome: _____

2- Escolas onde trabalha: _____

3- Formação Profissional:

I. Curso superior/área de formação: _____

Instituição: _____

Ano de conclusão: _____

II. Pós-Graduação:

Instituição: _____

Curso: _____

Ano de Conclusão: _____

4- Há quanto tempo você é professor de História? Faça um relato das séries que lecionou ou leciona e das escolas que trabalhou e/ou trabalha.

5- Quais os últimos cursos de capacitação que você frequentou? Relate o motivo da escolha do curso de capacitação e a instituição que administrou o referido curso.

6- Informe sua carga -horária semanal exclusivamente em sala de aula:

8- Informe sua carga -horária semanal exclusivamente em horários pedagógicos/planejamento:

9- Como você utiliza os horários pedagógicos/planejamento?

10- Informe as escolas em que você trabalha

a) Públicas: _____

b) Privadas _____

TEMA II**Como o professor se posiciona frente à história e o ensino?**

1- Você gosta de lecionar história? Por que?

2- Como você define a história?

3- Qual é o objeto da história ?

4- Qual é o papel social do historiador ?

5- Para que serve a história ensinada nas escolas ?

6- O que é documento histórico ? Você utiliza em sala para articular com algum conteúdo do livro didático?

7- Do ponto de vista teórico-metodológico, como você se auto-define?

9- Você concorda com a pedagogia de projetos? Quais projetos já realizou na área da história?

10- Exponha sua opinião sobre o papel do livro didático?

11- Você planeja sua prática pedagógica de que modo (Plano de aula, plano de curso, planejamento mensal. etc.) ?

13- Informe o seu conceito de avaliação? E como você avalia os seus alunos?

TEMA II**E sobre a História e cultura afro-brasileira e africana?**

1 – Você conhece a lei 10.639/03? Onde leu ou ouviu falar sobre a referida diretrizes curriculares?

2 - A lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Qual sua opinião sobre a implantação dessa lei?

3- Na sua formação acadêmica houve disciplinas específicas que abordassem a história dos africanos? E como estes sujeitos eram abordados?

4 – Como este tema é abordado na sua escola? É por meio de disciplinas ou por eixos interdisciplinares?

5 – Você já fez alguns curso de capacitação nesta área? Onde (escola, universidade, eventos, etc.)?

6 - Na escola há o auxílio de materiais didáticos para a construção de significados a respeito do ensino da história da África – filmes, músicas, sites e bibliografias? São utilizados pelos professores?

7 - Trabalhando com as definições sobre História da África não se confunde com as da História européia? Como os alunos vêem as atividades propostas?

8 - Durante sua trajetória de ensino já observou casos de preconceito/discriminação? Relate-nos algum caso.

9 - Depois de aprovada a lei, houve mudanças no seu modo de pensar?

10) Na maioria dos livros didáticos não há a abordagem da história da África em capítulos específicos. Acha importante que isso ocorra?

Autorizo aos pesquisadores utilizar, divulgar em quaisquer trabalhos e/ou eventos de cunho científico e para a feitura do TCC de monografia os dados contidos neste questionário.

Picos-PI. ____ de _____ de 2011.

Assinatura do professor (a): _____



EDUCAÇÃO
CIÊNCIA
ARTE
INCLUSÃO
SOCIAL

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Curso de Licenciatura Plena em História
Orientador: Prof. Ms. Gleison Monteiro

Orientanda: Cláudia Rodrigues

QUESTIONÁRIO - TEMA I

Quem é você?

1- Nome: _____ Idade: _____

2- Escola em que estuda : _____ Ano do curso:

3- Quais suas ocupações durante o dia? Relate-nos, por favor.

4- Você gosta de acessar a internet? Se sua resposta for positiva diga-nos quais sites consultas, o que gosta de fazer na internet: bate-papo, pesquisas...

5- Onde você acessa a internet:

() Em casa () Na escola () Lan-hause () Outro-especificar: _____

6- Como você organiza seus estudos, ou seja, como você administra o tempo de estudo para cada disciplina?

7- Qual (ou quais) disciplina (disciplinas) você gosta mais? Justifique o por que.

TEMA II

História e Cultura afro-brasileira e africana?

1 – Você conhece a lei 10.639/03? Se sua resposta for positiva registre onde leu ou ouviu falar sobre a referida Diretrizes Curriculares?

2 - A lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Qual sua opinião sobre a implantação dessa lei?

3- Na sua escola como estuda a temática da História e Cultura da África? É disciplina? Ou é a partir de temas transversais?

4 – Na sua opinião, os africanos contribuíram para a economia, política e cultura da sociedade brasileira? Relate-nos.

5 – Quais atividades de História e Cultura da África que os professores já abordaram em sala de aula? Você lembra? Relate-nos.

6 - Na escola há o auxílio de materiais didáticos para a construção de significados a respeito do ensino da história da África – filmes, músicas, sites e bibliografias? São utilizados pelos professores?

7 - Durante suas idas e vindas para a escola já presenciou alguma cena, casos de preconceito/discriminação? Relate-nos algum caso.

8 – Você acha que a temática História e Cultura da África ao ser trabalhada na escolar pode diminuir o preconceito racial? Por que?

Autorizo aos pesquisadores utilizar, divulgar em quaisquer trabalhos e/ou eventos de cunho científico e para a feitura do TCC de monografia os dados contidos neste questionário.

Picos-PI. ____ de _____ de 2011.

Assinatura do aluno (a): _____

